MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2022 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores(as) Acionistas:
A Administração da Marcopolo S.A. ("Marcopolo" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e dos pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos.
As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS *International Financial Reporting Standards*, estabelecido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marcopolo é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, fundada em 06 de agosto de 1949, e tem como principal objeto a fabricação e venda de ônibus, carrocerias para ônibus e componentes.
A linha de produtos abrange uma ampla variedade de modelos, composta pelos grupos de ônibus rodoviários, urbanos e micros, além da família de micros Volare (ônibus completo, com chassi e carroceria) e ônibus elétricos. A Companhia também está habilitada a produzir veículos para transporte coletivo de pessoas sobre trilhos.
A fabricação de ônibus é realizada em onze unidades fabris, sendo três localizadas no Brasil (duas unidades em Caxias do Sul - RS e uma em São Mateus - ES), e oito no exterior, sendo uma na África do Sul, três na Austrália, uma na China, uma no México, uma na Argentina e uma na Colômbia.
A Marcopolo detém ainda 40% de participação na empresa Valeo (climatização e ar-condicionado), 30% na WSul (espumas para assentos), 65% na Apolo (soluções em plásticos) e 8,5% na companhia canadense NFI Group Inc.
A Marcopolo também detém o controle integral do Banco Moneo S.A., constituído para dar suporte ao financiamento dos produtos da Companhia.

2. INDICADORES DE DESEMPENHO

Na tabela abaixo, estão listados alguns indicadores de relevância para a gestão e análise do desempenho da Companhia em 2022.

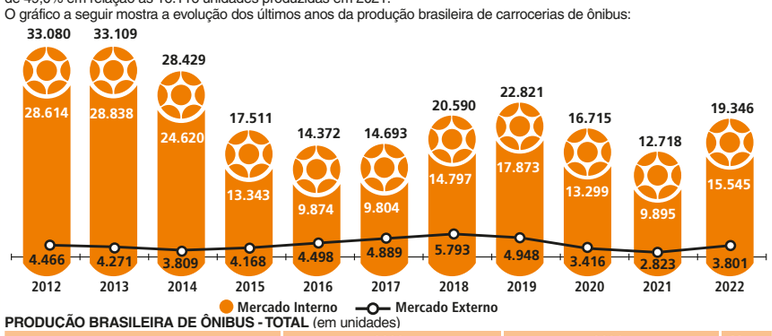
DADOS CONSOLIDADOS
(R$ em milhões e variação em percentual, exceto quando indicado de outra forma)

DESEMPENHO OPERACIONAL	2022	2021	Var. %
Receita operacional líquida	5.415,6	3.499,4	54,8
Receitas no Brasil	3.179,2	1.784,2	78,2
Receita de exportação do Brasil	1.018,6	649,3	56,9
Receita no exterior	1.217,8	1.065,9	14,3
Lucro Bruto	829,5	356,2	132,9
EBITDA (1)	385,6	333,5	15,6
Lucro Líquido	436,8	358,4	21,9
Lucro por ação em R$	0,464	0,381	21,8
Retorno sobre o Capital Investido - ROIC (2)	5,2%	5,3%	-0,1 pp
Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE (3)	15,0%	14,0%	1,0 pp
Investimentos	97,4	104,0	-6,3
Patrimônio Líquido	3.162,4	2.905,0	8,9
POSIÇÃO FINANCEIRA: SEGMENTO INDUSTRIAL			
Caixa, Equivalente a Caixa e Aplicações Financeiras	1.185,4	1.355,4	-12,5
Passivo Financeiro de Curto Prazo	-564,9	-692,9	18,5
Passivo Financeiro de Longo Prazo	-1.268,8	-1.121,6	-13,1
Passivo Financeiro Líquido	-648,2	-459,1	-41,2
POSIÇÃO FINANCEIRA: SEGMENTOS INDUSTRIAL E FINANCEIRO			
Caixa, Equivalentes a Caixa e Aplicações Financeiras	1.241,9	1.398,7	-11,2
Passivo Financeiro de Curto Prazo	-750,7	-887,6	15,4
Passivo Financeiro de Longo Prazo	-1.618,3	-1.434,3	-12,8
Passivo Financeiro Líquido	-1.127,1	-923,2	-22,1
MARGENS			
Margem Bruta	15,3%	10,2%	5,1 pp
Margem *EBITDA*	7,1%	9,5%	-2,4 pp
Margem Líquida	8,1%	10,2%	-2,1 pp

Notas: (1) *EBITDA* = Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações; (2) *ROIC* (*Return on Invested Capital*) = (Nopat dos últimos 12 meses)/(clientes + estoques + outras contas a receber + investimentos + imobilizado + intangível - fornecedores - outras contas a pagar). Foram excluídos do cálculo os efeitos do Banco Moneo sobre a base de ativos e passivos. (3) *ROE* (*Return on Equity*) = Lucro Líquido dos últimos 12 meses/Patrimônio Líquido Inicial; pp = pontos percentuais.

3. DESEMPENHO DO SETOR DE ÔNIBUS NO BRASIL

A produção brasileira de ônibus alcançou 19.346 unidades em 2022, volume 52,1% superior às 12.718 unidades produzidas em 2021. A demanda no mercado interno atingiu 15.545 unidades, 57,1% superior em relação ao ano de 2021 (9.895), enquanto a produção destinada ao mercado externo foi de 3.801 unidades, crescimento de 34,6% em relação às exportações do ano anterior (3.416).
Pelo fato de ser um veículo vendido completo, o modelo Volare não é computado na produção brasileira de carrocerias. Se considerada a produção desse tipo de veículo, a produção nacional seria de 24.005 unidades no ano, havendo um crescimento de 49,0% em relação às 16.116 unidades produzidas em 2021.
O gráfico a seguir mostra a evolução dos últimos anos da produção brasileira de carrocerias de ônibus:



PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ÔNIBUS - TOTAL (em unidades)

PRODUTOS (1)	2022			2021			Var.
	MI	ME (2)	TOTAL	MI	ME (2)	TOTAL	%
Rodoviários	3.211	1.735	**4.946**	3.178	1.392	**4.570**	8,2%
Urbanos	8.040	1.795	**9.835**	4.514	1.233	**5.747**	71,1%
Micros	4.294	271	**4.565**	2.203	198	**2.401**	90,1%
TOTAL	**15.545**	**3.801**	**19.346**	**9.895**	**2.823**	**12.718**	**52,1%**

Fontes: FABUS (Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus).
Notas: (1) Inclui as unidades exportadas em KD (desmontadas).

4. DESEMPENHO DA MARCOPOLO

O ano de 2022 marca a retomada do mercado de ônibus, com a recuperação de volumes a partir da reabertura no pós-pandemia. Todos os segmentos apresentaram crescimento na comparação com 2021 no Brasil, enquanto nas operações internacionais os volumes variaram a partir da estratégia adotada pela Companhia para cada um dos mercados. Os resultados da Companhia acompanharam a recuperação, alcançando níveis de rentabilidade saudáveis em 2022, após 2 anos de retração.
O aumento dos volumes ocorreu gradualmente ao longo do ano, que começou o primeiro trimestre ainda sob a influência da variante Ômicron. Ao longo do 1S22, a Companhia sofreu com a falta de componentes, especialmente chassis, prejudicando o *ramp-up* de produção. Para atender ao aumento da demanda, a Companhia voltou a contratar mão de obra, não tendo necessidade de realizar paralisações ou férias coletivas durante o ano. A produção alcançou o estágio esperado a partir do 3T22, sustentando ritmo adequado até o final de 2022.
Em 2022, a venda de ônibus e carrocerias da Marcopolo direcionada ao mercado interno cresceu 39,0% em relação a 2021. Todos os segmentos no mercado interno responderam com aumento da demanda após o fim da pandemia, com destaque para os ônibus rodoviários pesados, utilizados para turismo e linhas rodoviárias de longa distância, que ganharam tração a partir da metade de 2022. A representatividade dos rodoviários pesados aumentou em detrimento dos rodoviários leves, com a proporção entre pesados e leves voltando ao período anterior à pandemia.
O programa federal Caminho da Escola também contribuiu com volumes relevantes, auxiliando a recuperação de urbanos, micros e Volares.
Nas exportações, a demanda também se recuperou, com aumento de 7,7% no volume vendido. O menor crescimento se deve a uma reabertura tardia em comparação com o Brasil. O cenário político conflagrado em mercados importantes da América do Sul afetou vendas, levando a volumes inferiores ao potencial desses países. Um volume menor de grandes pacotes de vendas direcionados ao continente africano também limitou a performance das exportações na comparação com 2021.
Os rodoviários apuraram aumento de 6,3% em volumes produzidos na comparação com 2021. A queda do mercado de fretamento foi parcialmente compensada com o aumento da demanda por ônibus rodoviários pesados, especialmente da Geração 8 ("G8"), que se consolidou como sucesso de vendas. A produção de urbanos foi 39,9% superior a 2021, com a recuperação do transporte público, anúncios relevantes de investimentos por parte de prefeituras no Brasil e nos mercados externos, e crescimento de volumes no Caminho da Escola. O segmento de micros e Volares manteve boa performance, apresentando crescimento de 25,7% na comparação anual, com destaque para a divisão de negócio Volare. A retomada dos clientes privados e um maior volume entregue para o Caminho da Escola, beneficiaram o segmento.
Em 15 de março, a Companhia informou o mercado sobre a incorporação de sua empresa controlada San Marino Ônibus Ltda. pela também empresa controlada Ciferal Indústria de Ônibus Ltda. A planta industrial conhecida como Neobus, localizada em Caxias do Sul, RS, adotou a nova denominação social, passando a ser chamada de Ciferal.
Em 31 de março, a Companhia comunicou ao mercado sobre alterações planejadas em sua governança corporativa, com mudanças relacionadas ao Conselho de Administração e anúncio do plano de sucessão de seu Diretor Geral (CEO). As alterações se tornarão efetivas a partir da Assembleia Geral Ordinária de 2023 e designação da nova Diretoria.
Em 11 de agosto, a Companhia anunciou o lançamento de seu ônibus integral elétrico, com chassi e carroceria Marcopolo, o Attivi. A demanda por ônibus elétricos, tanto no Brasil quanto nos mercados de exportação, levou ao desenvolvimento de um veículo próprio, onde, além da carroceria, a Marcopolo também atua como montadora, fabricando o chassi.

4.1 Unidades Registradas na Receita Líquida
Em 2022, foram registradas na receita líquida 14.154 unidades, sendo 10.161 registradas no Brasil (71,8% do total), 1.930 exportadas a partir do Brasil (13,6% do total) e 2.063 produzidas no exterior (14,6% do total), conforme apresentado na tabela a seguir:

OPERAÇÕES (em unidades)	2022	2021	Var. %
BRASIL:			
- Mercado Interno	10.161	7.310	39,0%
- Mercado Externo	2.027	1.882	7,7%
SUBTOTAL	**12.188**	**9.192**	**32,6%**
Eliminações KD's exportados (1)	97	388	-75,0%
TOTAL NO BRASIL	**12.091**	**8.804**	**37,3%**
EXTERIOR:			
- África do Sul	268	240	11,7%
- Austrália	328	275	19,3%
- China	99	30	230,0%
- México	677	1.063	-36,3%
- Argentina	691	843	-18,0%
TOTAL NO EXTERIOR	**2.063**	**2.451**	**-15,8%**
TOTAL GERAL	**14.154**	**11.255**	**25,8%**

Notas: (1) KD *(Knock Down)* = Carrocerias parcial ou totalmente desmontadas.

4.2 Produção
Em 2022, a produção consolidada da Marcopolo totalizou 14.725 unidades, 31,1% superior às 11.230 fabricadas no exercício de 2021. Desse total, 86,6% foram produzidas no Brasil e as demais 13,4% no exterior. Os dados sobre a produção mundial da Marcopolo são apresentados nos quadros que seguem:

MARCOPOLO - PRODUÇÃO MUNDIAL CONSOLIDADA

OPERAÇÕES (em unidades)	2022	2021	Var. %
BRASIL: (1)			
- Mercado Interno	10.727	7.308	46,8%
- Mercado Externo	2.117	1.859	13,9%
SUBTOTAL	**12.844**	**9.167**	**40,1%**
Eliminações KD's exportados (2)	97	388	-75,0%
TOTAL NO BRASIL	**12.747**	**8.779**	**45,2%**
EXTERIOR:			
- África do Sul	237	240	-1,3%
- Austrália	325	275	18,2%
- China	102	30	240,0%
- México	672	1.063	-36,8%
- Argentina	642	843	-23,8%
TOTAL NO EXTERIOR	**1.978**	**2.451**	**-19,3%**
TOTAL GERAL	**14.725**	**11.230**	**31,1%**

Notas: (1) Inclui a produção do modelo Volare; (2) KD *(Knock Down)* = Carrocerias parcial ou totalmente desmontadas.

MARCOPOLO - PRODUÇÃO MUNDIAL CONSOLIDADA POR MODELO

PRODUTOS/MERCADOS (2)	2022			2021		
(em unidades)	MI	ME (1)	TOTAL	MI	ME (1)	TOTAL
Rodoviários	1.387	1.133	**2.520**	1.717	653	**2.370**
Urbanos	4.079	2.586	**6.665**	1.429	3.334	**4.763**
Micros	770	208	**978**	963	124	**1.087**
SUBTOTAL	**6.236**	**3.927**	**10.163**	**4.109**	**4.111**	**8.220**
Volares (3)	4.491	168	**4.659**	3.199	199	**3.398**
PRODUÇÃO TOTAL	**10.727**	**4.095**	**14.822**	**7.308**	**4.310**	**11.618**

Notas: MI = Mercado Interno; ME = Mercado Externo; (1) A produção de Volares não faz parte dos dados do SIMEFRE e da FABUS, ou da produção do setor. (2) Na produção total do ME estão incluídas as unidades exportadas em KD (carrocerias parcial ou totalmente desmontadas).

MARCOPOLO - PRODUÇÃO NO BRASIL

PRODUTOS/MERCADOS (2)	2022			2021		
(em unidades)	MI	ME (1)	TOTAL	MI	ME (1)	TOTAL
Rodoviários	1.387	826	**2.213**	1.717	550	**2.267**
Urbanos	4.079	915	**4.994**	1.429	988	**2.417**
Micros	770	208	**978**	963	122	**1.085**
SUBTOTAL	**6.236**	**1.949**	**8.185**	**4.109**	**1.660**	**5.769**
Volares (3)	4.491	168	**4.659**	3.199	199	**3.398**
PRODUÇÃO TOTAL	**10.727**	**2.117**	**12.844**	**7.308**	**1.859**	**9.167**

Nota: Vide notas do quadro Produção Mundial Consolidada por Modelo.

4.3 Participação de Mercado
A Marcopolo manteve a liderança de mercado de carrocerias para ônibus, encerrando o ano com uma participação de 53,5%. No ano, a queda na participação de mercado é explicada pela concentração de entregas do programa Caminho da Escola de concorrentes, ainda relativas à licitação de 2021, em 2022 no segmento de micros.
A tabela abaixo destaca a participação de mercado da Marcopolo na produção brasileira por linha de produto:

PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO BRASILEIRA (%)

PRODUTOS (1)	2018	2019	2020	2021	2022
Rodoviários	68,0	67,9	48,2	49,6	44,7
Urbanos	49,1	39,6	54,4	42,1	50,8
Micros e Volares	71,6	75,6	72,4	77,3	61,1
TOTAL	**61,1**	**55,1**	**58,7**	**56,9**	**53,5**

Fonte: FABUS e Marcopolo.
Nota: (1) Os modelos Volare foram computados como micro-ônibus para efeito de participação no mercado.

5. RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

A receita líquida consolidada alcançou R$ 5.415,6 milhões em 2022, 54,8% superior aos R$ 3.499,4 milhões do exercício de 2021. A maior receita, o incremento de volumes no pós-pandemia, com recuperação do mercado interno, exportações e operações internacionais.
As vendas para o mercado interno geraram receitas de R$ 3.179,2 milhões ou 58,7% da receita líquida total (51,0% em 2021). As exportações, somadas aos negócios no exterior, atingiram a receita de R$ 2.236,3 milhões ou 40,9% do total (49,0% em 2021).
As receitas por produto e mercado de destino são apresentadas na tabela abaixo:

RECEITA LÍQUIDA TOTAL CONSOLIDADA POR PRODUTOS E MERCADOS (R$ milhões)

PRODUTOS/MERCADOS (1)	2022			2021		
	MI	ME	TOTAL	MI	ME	TOTAL
Rodoviários	661,3	800,8	**1.462,1**	429,5	419,1	**848,6**
Urbanos	786,5	1.193,0	**1.979,4**	246,1	1.087,6	**1.333,7**
Micros	146,6	45,9	**192,5**	123,5	29,9	**153,4**
SUBTOTAL CARROCERIAS	**1.594,4**	**2.039,7**	**3.634,1**	**799,1**	**1.536,50**	**2.335,70**
Volares (2)	1.311,7	59,5	**1.371,1**	843,5	75,8	**919,4**
Chassis	94,9	38,9	**133,8**	1,3	22,6	**24,0**
Bco. Moneo	103,2	0,0	**103,2**	86,1	0,0	**86,1**
Peças e Outros	75,1	98,3	**174,0**	54,2	80,2	**134,4**
TOTAL GERAL	**3.179,3**	**2.236,3**	**5.415,6**	**1.784,20**	**1.715,30**	**3.499,4**

Notas: (1) MI = Mercado Interno; ME = Mercado Externo; (2) A receita dos Volares inclui os chassis.
Do total da receita líquida consolidada de 2022, 66,5% originou-se das vendas de carrocerias (66,7% em 2021), 25,9% da comercialização de Volares (26,3% em 2021) e 7,6% das receitas de peças, do Banco Moneo e de chassis (7,0% em 2021).

6. RESULTADO BRUTO E MARGENS

Em 2022, o lucro bruto totalizou R$ 829,5 milhões, representando 15,3% da receita líquida (R$ 356,2 milhões ou 10,2% da receita líquida em 2021). O incremento na margem bruta reflete o melhor ambiente de mercado no pós-pandemia, evolução do *mix* de vendas com acréscimo de volumes de produtos com maior valor agregado, recomposição de margens através do repasse de custos e maior alavancagem operacional, após as reestruturações e reduções de despesas promovidas entre 2020 e 2021.
O lucro bruto e a margem bruta foram negativamente influenciados em 2022 pela postergação de entregas causada pelos afastamentos associados à variante Ômicron no 1T22 e pela falta de componentes, especialmente chassis, ao longo do 1S22. O resultado também foi impactado, especialmente no 2S22, por dificuldades operacionais da controlada argentina Metalsur, bem como pela entrega dos volumes remanescentes do programa Caminho da Escola relativamente à licitação de 2021 com rentabilidade deteriorada pela inflação no período.

7. DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas somaram R$ 231,3 milhões em 2022 ou 4,3% da receita líquida, contra R$ 191,6 milhões, ou 5,5% da receita, em 2021. A elevação das despesas comerciais em termos absolutos reflete o comissionamento sobre as vendas realizadas pela Companhia.

8. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 243,2 milhões em 2022 e R$ 206,3 milhões em 2021, representando 4,4% e 5,9% da receita líquida, respectivamente. A diluição de custos fixos verificada em 2022 contribuiu para o incremento do resultado do ano, como reflexo positivo das reestruturações e reduções de despesas promovidas entre 2020 e 2021.

9. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Em 2022, foram contabilizados R$ 47,7 milhões como Outras Despesas Operacionais" contra R$ 254,0 milhões de "Outras Receitas Operacionais" em 2021.
O principal impacto negativo registrado como "Outras Despesas Operacionais" se refere à constituição de provisões trabalhistas relacionadas às rescisões realizadas durante a pandemia, no montante total de R$ 42,7 milhões. A Companhia segue trabalhando nas medidas necessárias para sua defesa, redução das perdas e mitigação de riscos trabalhistas futuros, o que vem se traduzindo em reduções mensais dos valores direcionados à provisão.
Em 2021, a linha havia sido beneficiada por discussões tributárias com impacto positivo de R$ 182,0 milhões associado a processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, líquido de honorários; por R$ 67,6 milhões referente a não incidência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a atualização monetária de indébitos tributários, conforme julgamento do Supremo Tribunal Federal; e por, R$ 40,7 milhões referente a êxito em ação judicial que discutia a não incidência do IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária atrelada a aplicações financeiras. A Companhia também havia reconhecido impacto positivo de R$ 29,7 milhões referente à alienação do imóvel da sua Marcopolo Rio, localizado em Duque de Caxias, RJ, que se encontrava em inatividade e disponível para venda desde 30 de outubro de 2020.

10. RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O resultado da equivalência patrimonial em 2022 foi negativo em R$ 41,5 milhões, contra R$ 15,7 milhões positivos em 2021.
O principal impacto negativo à equivalência patrimonial se refere ao resultado da operação da canadense NFI Group Inc. ("NFI"), revertendo resultado positivo de R$ 1,7 milhão em 2021 para resultado negativo de R$ 60,3 milhões em 2022. As demais operações coligadas ajudaram a compensar parcialmente as perdas apuradas na NFI.
O resultado da equivalência patrimonial é apresentado detalhadamente na Nota Explicativa nº 11 às Demonstrações Financeiras.

11. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido de 2022 foi positivo em R$ 147,5 milhões, contra um resultado também positivo de R$ 154,9 milhões em 2021.
Em 2022, o resultado financeiro foi beneficiado de forma não recorrente em R$ 81,2 milhões relativamente ao efeito financeiro de aportes realizados na forma de mútuos em favor da controlada argentina Metalsur. O montante de USD 14,0 milhões foi utilizado para fazer frente a obrigações em dólares registradas pelo câmbio oficial, associadas especialmente à manutenção do negócio, como fornecedores e empregados. As diferenças entre o câmbio de internação dos recursos e o de pagamento das obrigações geraram ganhos financeiros traduzidos pelo valor acima mencionado.
Em 2021, o resultado financeiro havia sido beneficiado pelo reconhecimento da atualização monetária incidente sobre os valores em discussão nos processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, contribuindo positivamente com R$ 166,2 milhões, bem como por reflexo positivo de R$ 22,0 milhões relativamente a não incidência de IRPJ e a CSLL sobre a atualização monetária de indébitos tributários e em R$ 19,9 milhões pelo reconhecimento de êxito em ação judicial que discutia a não incidência do IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária atrelada a aplicações financeiras.
A abertura do resultado financeiro é apresentada detalhadamente na Nota Explicativa nº 28 às Demonstrações Financeiras.

12. EBITDA

O *EBITDA* alcançou R$ 385,6 milhões em 2022, com margem de 7,1%, contra R$ 333,5 milhões e margem de 9,5% em 2021.
O *EBITDA* foi afetado positivamente pelo melhor ambiente de mercado no pós-pandemia, evolução do *mix* de vendas com acréscimo de volumes de produtos com maior valor agregado, recomposição de margens através do repasse de custos e maior alavancagem operacional, após as reestruturações e reduções de despesas promovidas entre 2020 e 2021.
Negativamente, o *EBITDA* foi impactado pela postergação de entregas causada pelos afastamentos associados à variante Ômicron no 1T22 e pela falta de componentes, especialmente chassis, ao longo do 1S22, por provisões trabalhistas (R$ 42,7 milhões), pelos resultados da coligada canadense NFI Group Inc. (R$ 60,3 milhões), pelos resultados da controlada argentina Metalsur (R$ 120,1 milhões), bem como pela entrega dos volumes remanescentes do programa Caminho da Escola relativamente à licitação de 2021, com margens deterioradas em função da inflação no período.
Em 2021, o *EBITDA* havia sido beneficiado pela linha de "Outras Receitas Operacionais" que contribuíram, de forma não recorrente, com R$ 254,0 milhões.
A tabela abaixo destaca as contas que compõem o *EBITDA*:

R$ milhões	2022	2021
Resultado antes do IR e CS	413,3	382,9
Receitas Financeiras	-657,7	-499,8
Despesas Financeiras	510,2	344,9
Depreciações/Amortizações	119,8	105,5
EBITDA	**385,6**	**333,5**

13. LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido de 2022 atingiu R$ 436,8 milhões, com margem líquida de 8,1%. A recuperação dos resultados da Companhia em 2022 se deve aos fatores detalhados no *EBITDA* e no resultado financeiro. O resultado representa recorde histórico em valores absolutos, marcando a saída da Companhia da crise de demanda gerada pela pandemia de Covid-19.

14. ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO

O endividamento financeiro líquido totalizava R$ 1.127,1 milhões em 31.12.2022 (R$ 923,2 milhões em 31.12.2021). Desse total, R$ 478,8 milhões eram provenientes do segmento financeiro (Banco Moneo) e R$ 648,2 milhões do segmento industrial. Cabe ressaltar que o endividamento do segmento financeiro provém da consolidação das atividades do Banco Moneo e deve ser analisado separadamente, uma vez que possui características distintas daquele proveniente das atividades industriais da Companhia. O passivo financeiro do Banco Moneo tem como contrapartida a conta de "Clientes" no Ativo do Banco. O risco de crédito está devidamente provisionado. Por se tratar de repasses do FINAME, cada desembolso oriundo do BNDES tem exata contrapartida na conta de recebíveis de clientes do Banco Moneo, tanto em prazo como em taxa fixa. Vide Nota Explicativa 31 às Demonstrações Financeiras.
Em 31 de dezembro, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,6 vezes o *EBITDA* dos últimos 12 meses.

15. GERAÇÃO DE CAIXA

Em 2022, as atividades operacionais geraram recursos de R$ 45,4 milhões. As atividades de investimento, deduzidos os dividendos recebidos de empresas coligadas, demandaram R$ 94,0 milhões, enquanto as atividades de financiamento consumiram R$ 83,0 milhões.
Como resultado, o saldo inicial de caixa de R$ 1.398,7 milhões, considerando as aplicações financeiras não disponíveis e deduzindo-se R$ 25,2 milhões relativo à diferença entre a variação cambial e a variação das contas relativas às aplicações financeiras não disponíveis, reduziu-se para R$ 1.241,9 milhões ao final do ano.
A demonstração dos fluxos de caixa dos segmentos industrial e financeiro é apresentada detalhadamente na Nota Explicativa 32 às Demonstrações Financeiras.

16. DESEMPENHO DAS CONTROLADAS E COLIGADAS

16.1 Controladas no exterior
Em 2022, as unidades controladas no exterior produziram 1.978 unidades, 19,3% inferior à produção de 2021 (2.451 unidades). Abaixo estão descritos os principais destaques das controladas no exterior:
MARCOPOLO SOUTH AFRICA (MASA) - Em 2022, a MASA, localizada em Johanesburgo, entregou 268 unidades, aumento de 11,7% em relação a 2021. Através da produção e venda de produtos de maior valor agregado, a controlada segue ganhando rentabilidade, apresentando lucro líquido de R$ 3,5 milhões em 2022 (R$ 1,2 milhão positivo em 2021). A Companhia mostrou melhora também em seus indicadores operacionais e participação de mercado.
MARCOPOLO ARGENTINA (METALSUR) - Em 2022, a operação argentina da Metalsur, localizada em Rosario, entregou 691 unidades, recuo de 18,0% em relação a 2021. A controlada sofreu com a confluência de fatores negativos, incluindo, especialmente, a inflação local crescente, que afetou as margens dos pedidos em carteira, e dificuldades operacionais que redundaram em atrasos nas entregas. Ao final de 2022, após aportes realizados na forma de mútuos e detalhado no resultado financeiro, a empresa conseguiu reduzir seu prejuízo líquido para R$ 43,8 milhões.
MARCOPOLO AUSTRÁLIA (VOLGREN) - Sediada em Melbourne, Austrália, a Volgren entregou 328 unidades em 2022, aumento de 19,3% em relação a 2021. O ambiente favorável em vendas não se refletiu em resultados positivos, à medida que a inflação corroeu as margens dos pedidos em carteira. A operação é dependente de vendas a entes públicos, o que dificulta repasses posteriores de custos, travando preços por longos períodos. A controlada apresentou prejuízo líquido de R$ 20,9 milhões em 2022.
MARCOPOLO CHINA (MAC) - A MAC conta com uma área de *sourcing*, produção de peças, componentes e carrocerias de ônibus, bem como de produção de ônibus em PKD para a exportação. A unidade, que não vende para o mercado interno chinês e exporta para países da Ásia, África e Oceania, sofreu com novas restrições aplicadas aos seus principais mercados. A operação conseguiu conquistar novos pedidos em 2022, com incremento de 230% em volumes.
MARCOPOLO MÉXICO (POLOMEX) - Localizada em Monterrey, México, a Polomex entregou 677 unidades em 2022, 36,3% inferior a 2021. A redução em vendas fez parte da estratégia da empresa em concentrar vendas em veículos rodoviários, de maior valor agregado. A mudança estratégica resultou em reversão do prejuízo apurado em 2021 para lucro líquido de R$ 1,1 milhão em 2022.

16.2 Coligadas no exterior
SUPERPOLO - Localizada na Colômbia, a Superpolo sustentou resultados positivos mesmo com a retração de volumes em 2022, apurando equivalência patrimonial de R$ 2,7 milhões. O mercado colombiano vivenciou um pico de vendas entre 2019 e 2020, e o arrefecimento de volumes e resultados já era esperado.
NFI GROUP INC. - A NFI Group Inc., empresa na qual a Marcopolo possui participação acionária de 8,5%, é a principal fabricante de ônibus urbanos e rodoviários nos Estados Unidos e Canadá. Sediada em Winnipeg, Canadá, a companhia é líder em tecnologia e oferece a mais ampla linha de produtos. Os resultados da NFI afetaram negativamente a equivalência patrimonial em R$ 60,3 milhões. A empresa vem sofrendo com a falta de componentes, associada à postergação de entregas e inflação sobre a longa carteira de pedidos.

16.3 Banco Moneo
As atividades do Banco Moneo S.A. se iniciaram em julho de 2005 com a finalidade de financiar os produtos da Marcopolo. O banco está autorizado a atuar nas carteiras de arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento. Em 2022, o banco apresentou lucro líquido de R$ 15,5 milhões (R$ 8,3 milhões em 2021). O banco manteve a política de priorizar a qualidade da sua carteira de crédito, por meio de um rigoroso sistema de avaliação e aprovação, beneficiando-se no período pós-pandemia.

17. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Marcopolo procura adotar as melhores práticas de Governança Corporativa, seguindo os princípios da transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa e suas ações estão listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 desde 2002. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.
A gestão da Marcopolo é formalizada com base na distinção entre as funções e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria. O Conselho de Administração é constituído por sete membros, dos quais seis são independentes, sendo dois eleitos por acionistas minoritários, um por acionistas detentores de ações preferenciais e outros três pelos acionistas controladores.
O Presidente do Conselho de Administração não participa da Diretoria. Além disso, para auxiliar, opinar e apoiar na condução dos negócios, o Conselho de Administração conta com os seguintes Comitês: (i) Auditoria e Riscos; (ii) Recursos Humanos e Ética; (iii) Estratégia e Inovação; e, (iv) Compliance. As funções de cada um desses Comitês de apoio podem ser encontradas no site da Companhia, ri.marcopolo.com.br, no menu Governança Corporativa/Regimento Interno dos Comitês. A formação e o histórico profissional de cada um dos membros que compõe o Conselho de Administração estão disponíveis no Formulário de Referência da Companhia, contando com especialistas financeiros, em gestão de pessoas e setorial, entre outros. Adicionalmente, o Conselho de Administração também acolhe a diversidade e complementariedade de competências.
A Companhia conta também com um Conselho Fiscal, composto de três membros, um indicado pelos acionistas minoritários, um pelos acionistas detentores de ações preferenciais e um pelos acionistas controladores. As competências de cada órgão estão definidas no Estatuto Social da Companhia.
A Companhia dispensa tratamento justo e igualitário a todos os minoritários, sejam do capital ou das demais partes interessadas (*stakeholders*). Na divulgação de informações, utiliza elevados padrões de transparência, buscando estabelecer um clima de confiança, tanto internamente, quanto nas relações da empresa com terceiros.
Em 2022, a Companhia realizou reuniões com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC), participou de diversas conferências e *non-deal roadshows* promovidos por instituições financeiras no Brasil e no exterior, e manteve atendimento a analistas e investidores. A Companhia também realizou seu *investor day* presencial, com transmissão ao vivo através de sua página de Relações com Investidores. O *website* da área de Relações com Investidores da Marcopolo (ri.marcopolo.com.br) possui conteúdo atualizado para atender ao público investidor.

18. PRÁTICAS DE COMPLIANCE

A Marcopolo, em complemento às boas práticas de governança e gestão de riscos, possui desde 2014 a área de Compliance, cuja estrutura contempla um Comitê de assessoramento ao Conselho de Administração, denominado Comitê de Compliance, que é formado pelo presidente e pelo vice-presidente do Conselho de Administração, por diretores estatutários, pelo Compliance Officer ("CCO") e por um representante dos acionistas controladores. O CCO participa de todas as reuniões de diretoria, onde zela pelo cumprimento das diretrizes de Compliance em todos os temas conduzidos pela alta gestão da organização. A estrutura de Compliance contempla ainda uma analista sênior de compliance e agentes internos que atuam nas demais áreas da empresa intermediando temas relacionados a Compliance.
Desde 2005 a companhia possui um Código de Conduta que é aprovado e revisado periodicamente pelo Conselho de Administração. No Código de Conduta estão definidos os valores da Companhia, que são o respeito e valorização das pessoas, a ética e integridade, a sustentabilidade, o fazer acontecer com excelência, a satisfação dos clientes, e o trabalho em equipe. Todos os colabo

MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

continuação

RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2021 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Já a Escola de Formação Profissional Marcopolo (EFPM) formou 91 aprendizes no curso de Montador de Veículos Automotores, tendo selecionado mais 50 jovens para o período de 2022/2023. O curso é realizado em parceria com o SENAI e a Fundação de Assistência Social (FAS). A EFPM tem como um de seus principais objetivos a preparação de profissionais para a inserção no mercado de trabalho e para o primeiro emprego remunerado.

Desde 1981, a Marcopolo mantém um Programa de Incentivo à Educação, com a concessão de bolsas de estudo para colaboradores aprovados em processo de seleção. A empresa proporciona também acesso facilitado a programas de qualificação para comunicação nos idiomas inglês e espanhol.

23.4 Qualidade de Vida

Os programas de qualidade de vida destinados aos colaboradores e suas famílias são coordenados principalmente pela área de Saúde e Bem-Estar e pela Fundação Marcopolo, incluindo atividades de saúde, educação, lazer, cultura e esportes, que no geral são extensivos aos familiares.

23.5 Meio Ambiente

A proteção do meio ambiente é declarada na Política de Gestão Integrada do Negócio e é compromisso permanente da Marcopolo. Os controles necessários para minimizar os impactos decorrentes das atividades são estabelecidos de forma sustentável e equilibrada, em conformidade com a legislação aplicável e com a busca contínua das melhores práticas. Todas as unidades da Marcopolo no Brasil estão certificadas na ISO 14.001 - Sistema de Gestão Ambiental.

Em 2022, a Companhia realizou o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa contemplando os dados referentes aos anos 2020 e 2021. O acompanhamento dos indicadores para demonstrar o seu desempenho ambiental em relação ao consumo de água, consumo de energia e geração de resíduos sólidos foi consolidado e para 2023 será estudada uma meta de redução em relação à média do ano anterior. Também em 2022 foi intensificado o engajamento das áreas no desenvolvimento de novos materiais ou alternativas a partir do reuso dos resíduos dos diversos materiais utilizados na composição das carrocerias de ônibus.

23.6 Remuneração

A remuneração dos colaboradores é composta de uma parte fixa, vinculada às competências e habilidades e níveis de senioridade, e uma parte variável, resultante do atingimento das metas do Programa de Participação nos Resultados. Periodicamente, são realizadas pesquisas salariais que permitem avaliar se os valores pagos aos colaboradores estão dentro dos padrões compatíveis, permitindo que a empresa mantenha a competitividade no mercado de trabalho.

23.7 Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

O Regulamento do Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações foi aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 22 de dezembro de 2005, alterado pela AGO/E de 23 de março de 2006 e pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas nos anos de 2006, 2007, 2011, 2012 e 2013. O plano, cujos participantes são os executivos da Companhia e de suas controladas (exceto diretores controladores), tem como principais objetivos: (i) alinhar os interesses dos participantes aos dos acionistas; (ii) comprometer os participantes com os resultados de curto, médio e longo prazos da empresa; (iii) incentivar e estimular o sentimento de propriedade; e (iv) atrair e reter talentos. O Plano é monitorado pelo Comitê de RH e Ética e aprovado pelo Conselho de Administração.

A empresa também possui um Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas por Performance, proposto pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2015 e aprovado pela Assembleia Geral em 26 de março de 2015. O plano tem por objetivo compor o pacote de remuneração dos principais executivos da companhia, comprometer os participantes com os resultados de longo prazo, a competitividade com o mercado, atrair e reter os melhores profissionais e alinhar os interesses dos executivos e acionistas.

24. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O montante global anual da remuneração fixa é estabelecido pela Assembleia Geral e distribuído entre os administradores pelo Conselho de Administração. A maior remuneração anual individual do Conselho de Administração somou R$ 2.281,3 mil em 2022, a remuneração média foi de R$ 897,4 mil e a menor foi de R$ 570,0 mil. Na diretoria estatutária, a maior remuneração individual foi de R$ 6.421,6 mil em 2022, a média foi de R$ 5.463,9 mil e a menor foi de R$ 4.506,1 mil. No Conselho Fiscal, a maior remuneração individual foi de R$ 311,6 mil em 2022, a média foi de R$ 267,6 mil e a menor foi de R$ 245,6 mil.

25. QUADRO DE PESSOAL

Nº COLABORADORES	2022	2021	2020	2019	2018
Controladora	6.836	4.979	5.615	6.606	7.410
Controladas no Brasil	3.400	2.291	2.462	3.134	2.826
Controladas no Exterior	1.792	1.640	1.524	1.595	1.739
Coligadas	654	772	521	2.852	3.579
TOTAL	**12.682**	**9.682**	**10.123**	**14.187**	**15.554**

Notas: Colaboradores das coligadas considerados na proporção da participação societária.

26. PERSPECTIVAS PARA 2023

Com o início da retomada dos mercados de ônibus em 2022, com passageiros e usuários voltando a viajar normalmente, a Companhia espera a consolidação do processo de recuperação ao longo de 2023, com novo crescimento de volumes de ônibus vendidos. As cadeias de fornecimento de componentes e chassis indicam normalização gradual e apresentam efeitos limitados em nossos mercados mais relevantes, o que vem contribuindo para um ambiente de crescimento de entregas. A transição da motorização provocada pela norma Proconve 7 deve causar impacto limitado aos volumes de ônibus em 2023, especialmente no 2T23, enquanto os novos modelos são homologados e disponibilizados aos clientes.

No mercado de rodoviários, a proporção entre veículos leves e pesados retornou aos patamares anteriores à pandemia, melhorando o *mix* de vendas. Rodoviários pesados, utilizados para viagens de longa distância e turismo, agora concentram a maioria das vendas e o sucesso do G8 segue fomentando vendas em toda família de produtos. O setor de fretamento mantém bons volumes, com queda inferior a prevista, mostrando resiliência.

Nos urbanos, a manutenção de subsídios criados durante os últimos anos pelas municipalidades vem incentivando renovações por parte dos concessionários. Investimentos diretos por parte das cidades brasileiras vêm permitindo a modernização de frotas em uma tendência de acompanhar as melhores práticas no transporte público adotadas em países desenvolvidos. O segmento segue investindo em produtos de maior valor agregado, com incremento de volumes de ônibus articulados e elétricos. Ônibus elétricos, seja do modelo urbano Attivi, produto integral Marcopolo, seja dos demais modelos de carrocerias, ganham tração à medida que mais e mais cidades anunciam objetivos de descarbonização e intenção de substituição de parcela significativa das frotas. A Companhia vem elevando a produção de ônibus elétricos, lançando, testando e homologando seus modelos nos mais diversos mercados.

O segmento de micros e Volares continuará apresentando boa performance, com incremento de volumes ao setor privado. Vendas ao poder público e entregas ao programa federal Caminho da Escola ajudarão o segmento. Em 2022, a Companhia realizou a entrega de 2.502 urbanos, 337 micros e 1.415 Volares (no total de 4.254 unidades) no âmbito do programa Caminho da Escola, contemplando as licitações de 2021 e 2022. A Companhia espera entregar o volume remanescente da licitação de 2022 (1.988 do total de 3.050 unidades) ao longo do 1S23 e aguarda o anúncio da realização de nova licitação em 2023 a qualquer momento.

A Companhia espera crescimento também das exportações, com a normalização de vendas em países importante como Chile, Peru, Argentina e México. A reabertura mais lenta de destinos turísticos e do transporte público urbano parece ter retardado a recuperação de volumes na exportação em comparação com o mercado brasileiro em 2022. Pacotes em negociação para países africanos e o início das exportações dos ônibus elétricos integrais Attivi devem complementar os volumes em 2023.

As operações internacionais deverão apresentar melhora da performance em 2023, com recuperação da rentabilidade. A Marcopolo México (Polomex), após concentrar vendas no segmento rodoviário em 2022, especialmente com o lançamento do G8, projeta novo crescimento de mercado, com recuperação de *market share*. A Marcopolo Austrália (Volgren) ainda sofre com os efeitos da inflação sobre sua carteira de pedidos. A depuração da carteira, via entregas ou renegociações de preço, ganhos de eficiência e redução custos serão a tônica no início de 2023, com a expectativa de resultados positivos em 2023. A Marcopolo Argentina (Metalsur) busca adequar rapidamente os preços à realidade local de custos. Mudanças relevantes em sua administração realizadas em 2022 começam a se refletir na melhora dos indicadores de produtividade e resultados. A Marcopolo África do Sul (MASA), após 2 anos de bons resultados, projeta um novo ano positivo, com a qualificação do *mix* de vendas e maior volume de rodoviários. A Marcopolo China (MAC) mostrou forte recuperação de volumes em 2022 e deverá seguir em seu processo de recuperação após a reabertura do país. A expectativa é de novo crescimento de volumes em 2023.

Entre as coligadas, a colombiana Superpolo deverá manter resultados equilibrados, com crescimento de volumes e melhor *mix* de vendas em 2023. A canadense NFI continua enfrentando problemas de abastecimento de materiais, especialmente componentes eletrônicos e baterias, afetando prazos de entrega e alongando a carteira de pedidos. A postergação de entregas associada à alta de custos deve continuar impactando as margens da coligada no curto prazo, até a renovação da carteira e entrega dos pedidos com preços atualizados.

Em 2022, a Marcopolo começou a colher os frutos da transformação cultural e estrutural promovida entre 2020 e 2022. Cortes profundos de despesas, readequação de sua base de ativos (com o fechamento de duas plantas no Brasil), reestruturação das operações internacionais (com a saída da Índia e Egito, e consolidação das plantas da Argentina em uma única operação), priorização ainda mais cautelosa de investimentos, lançamento de produtos como o Attivi e a nova geração de rodoviários G8, a Marcopolo Rail e o relançamento de seu propósito "Aproximando Pessoas" seguido de um programa de marketing diferenciado em conjunto com os clientes e direcionado aos passageiros são exemplos de ações inovadoras, voltadas à recuperação e sustentabilidade do negócio, cujos resultados se materializaram em 2022 e devem se seguir também nos próximos anos.

Com nova evolução do mercado esperada em 2023 e o amadurecimento de iniciativas voltadas às operações internacionais, a Companhia segue perseguindo suas metas estratégicas de retornar à margem e rentabilidade desejada. Os resultados recordes em termos absolutos em 2022 estabelecem nova base em um processo de recuperação de volumes que está apenas começando. A Companhia segue confiante no comprometimento e engajamento de nossas equipes para atingirem melhores patamares de desempenho, focada em transformar o ambiente favorável de mercado em resultados cada vez mais regulares e consistentes.

27. AGRADECIMENTOS

A Marcopolo sente-se honrada e agradece aos clientes, fornecedores, representantes, acionistas, instituições financeiras, órgãos governamentais, comunidade e, em especial, aos colaboradores pelo esforço, dedicação e comprometimento dispensados.

Caxias do Sul, 27 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	720.650	817.438	1.171.473	1.322.975
Instrumentos financeiros derivativos	5 e 7	542	131	598	683
Contas a receber de clientes	8	676.532	267.520	1.242.563	657.575
Estoques	9	485.245	356.599	1.338.351	987.614
Tributos a recuperar	10	56.333	38.560	222.780	209.251
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		38.256	17.269	48.891	24.905
Outras contas a receber		136.955	146.769	121.084	164.184
		2.114.513	1.644.286	4.145.740	3.367.187
Não circulante					
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	7	145.095	106.539	69.864	75.061
Contas a receber de clientes	8	–	–	513.542	435.455
Tributos a recuperar	10	272.268	302.297	377.818	417.258
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		74.962	84.721	74.962	90.834
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	180.689	152.826	284.877	220.910
Depósitos judiciais	18	37.224	41.163	63.471	67.131
Outras contas a receber		623	620	2.241	2.414
		710.861	688.166	1.386.775	1.309.063
Investimentos	11	2.424.285	2.281.651	459.429	560.123
Propriedade para investimento	12	6.002	6.240	47.351	48.004
Imobilizado	13	440.144	433.462	1.030.013	1.017.759
Intangível	14	12.124	9.026	326.042	352.388
		2.882.555	2.730.379	1.862.835	1.978.274
		3.593.416	3.418.545	3.249.610	3.287.337
Total do ativo		5.707.929	5.062.831	7.395.350	6.654.524

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Fornecedores		387.719	181.980	653.253	459.049
Empréstimos e financiamentos	16	273.975	449.103	749.712	886.657
Instrumentos financeiros derivativos	5	874	920	975	921
Salários e férias a pagar		130.254	69.097	203.956	122.656
Impostos e contribuições a recolher		76.933	49.205	140.557	128.191
Adiantamentos de clientes		39.485	16.665	158.058	112.597
Representantes comissionados		34.734	16.014	44.894	22.575
Juros sobre capital próprio e dividendos		84.179	71.401	84.179	71.401
Participação dos administradores		4.604	3.981	4.604	3.981
Obrigações com arrendamento	17	2.738	1.819	15.110	19.661
Provisão garantias		44.562	34.381	87.735	64.388
Outras contas a pagar		39.100	47.796	145.899	133.963
		1.119.157	942.362	2.288.932	2.026.040
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	1.221.893	1.014.352	1.618.315	1.434.302
Provisão para perda em investimento	11	75.736	81.077	53.149	51.835
Provisão para contingências	18	100.558	90.802	132.115	121.567
Outras contas a pagar		–	–	15.114	253
Obrigações com arrendamento	17	4.145	4.902	58.877	39.965
Obrigação por conta de participação societária		24.075	24.331	24.075	24.331
		1.426.407	1.215.464	1.901.645	1.672.253
Total do passivo		2.545.564	2.157.826	4.190.577	3.698.293
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	21				
Capital social		1.334.052	1.334.052	1.334.052	1.334.052
Reservas de capital		1.840	2.644	1.840	2.644
Reservas de lucros		1.419.857	1.088.258	1.419.857	1.088.258
Ajustes de avaliação patrimonial		432.319	507.585	432.319	507.585
Ações em tesouraria		(25.703)	(27.534)	(25.703)	(27.534)
		3.162.365	2.905.005	3.162.365	2.905.005
Participação dos não controladores		–	–	42.408	51.226
		3.162.365	2.905.005	3.204.773	2.956.231
Total do passivo e patrimônio líquido		5.707.929	5.062.831	7.395.350	6.654.524

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas controladores														
		Reservas de capital		Reservas de lucros											
	Capital social	Ganho (perda) com alienação de ações próprias	Reservas de transações de capital	Reserva legal	Incentivos fiscais	Para futuro aumento de capital	Para pagamento de dividendos intermediários	Para compra de ações próprias	Dividendo adicional proposto	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2020	1.334.052	(8.751)	12.019	76.201	177.918	282.968	133.406	133.406	23.945	416.829	(29.776)	–	2.552.217	55.779	2.607.996
Resultado abrangente do exercício															
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	366.623	366.623	(8.251)	358.372
Correção monetária por hiperinflação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(13.547)	–	–	(13.547)	–	(13.547)
Variação cambial de investimentos no exterior	–	–	–	–	–	–	–	–	–	104.303	–	–	104.303	3.698	108.001
Total do resultado abrangente	–	–	–	–	–	–	–	–	–	90.756	–	366.623	457.379	(4.553)	452.826
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas															
Alienação de ações em tesouraria	–	(624)	–	–	–	–	–	–	–	–	2.242	–	1.618	–	1.618
Pagamento de dividendo adicional	–	–	–	–	–	–	–	–	(23.945)	–	–	–	(23.945)	–	(23.945)
Destinações															
Reserva legal	–	–	–	17.319	–	–	–	–	–	–	–	(17.319)	–	–	–
Reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	20.247	–	–	–	–	–	–	(20.247)	–	–	–
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	–	–	–	18.288	–	–	(18.288)	–	–	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(82.264)	(82.264)	–	(82.264)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	–	228.505	–	–	–	–	–	(228.505)	–	–	–
Total das contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	–	(624)	–	17.319	20.247	228.505	–	–	(5.657)	–	2.242	(366.623)	(104.591)	–	(104.591)
Em 31 de dezembro de 2021	1.334.052	(9.375)	12.019	93.520	198.165	511.473	133.406	133.406	18.288	507.585	(27.534)	–	2.905.005	51.226	2.956.231

	Atribuível aos acionistas controladores														
		Reservas de capital		Reservas de lucros											
	Capital social	Ganho (perda) com alienação de ações próprias	Reservas de transações de capital	Reserva legal	Incentivos fiscais	Para futuro aumento de capital	Para pagamento de dividendos intermediários	Para compra de ações próprias	Dividendo adicional proposto	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	1.334.052	(9.375)	12.019	93.520	198.165	511.473	133.406	133.406	18.288	507.585	(27.534)	–	2.905.005	51.226	2.956.231
Resultado abrangente do exercício															
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	449.114	449.114	(12.312)	436.802
Correção monetária por hiperinflação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(24.524)	–	–	(24.524)	–	(24.524)
Variação cambial de investimentos no exterior	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(50.742)	–	–	(50.742)	3.494	(47.248)
Total do resultado abrangente	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(75.266)	–	449.114	373.848	(8.818)	365.030
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas															
Alienação de ações em tesouraria	–	(804)	–	–	–	–	–	–	–	–	1.831	–	1.027	–	1.027
Pagamento de dividendo adicional	–	–	–	–	–	–	–	–	(18.288)	–	–	–	(18.288)	–	(18.288)
Destinações															
Reserva legal	–	–	–	20.890	–	–	–	–	–	–	–	(20.890)	–	–	–
Reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	31.317	–	–	–	–	–	–	(31.317)	–	–	–
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	–	–	–	34.307	–	–	(34.307)	–	–	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(99.227)	(99.227)	–	(99.227)
Transferência entre reservas	–	–	–	–	–	263.373	–	–	–	–	–	(263.373)	–	–	–
Total das contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	–	(804)	–	20.890	31.317	263.373	–	–	16.019	–	1.831	(449.114)	(116.488)	–	(116.488)
Em 31 de dezembro de 2022	1.334.052	(10.179)	12.019	114.410	229.482	774.846	133.406	133.406	34.307	432.319	(25.703)	–	3.162.365	42.408	3.204.773

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Operações					
Receita líquida de vendas e serviços	26	2.395.555	1.303.125	5.415.618	3.499.439
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	(2.063.279)	(1.203.100)	(4.586.109)	(3.133.084)
Custo de ociosidade	27	–	(6.952)	–	(10.131)
Lucro bruto		332.276	93.073	829.509	356.224
Despesas com vendas	27	(126.553)	(70.746)	(231.283)	(191.570)
Despesas administrativas	27	(132.380)	(97.783)	(243.185)	(206.291)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(42.449)	185.375	(47.730)	253.995
Resultado de equivalência patrimonial	11	351.845	112.877	(41.532)	15.667
Lucro operacional		382.739	222.796	265.779	228.025
Receitas financeiras	28	423.054	384.137	657.712	499.805
Despesas financeiras	28	(381.270)	(256.450)	(510.207)	(344.933)
Resultado financeiro	28	41.784	127.687	147.505	154.872
Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social		424.523	350.483	413.284	382.897
Imposto de renda e contribuição social	20				
Corrente		(3.272)	(33.446)	(40.449)	(80.090)
Diferido		27.863	49.586	63.967	55.565
Lucro líquido do exercício		449.114	366.623	436.802	358.372
Atribuível a:					
Acionistas controladores		449.114	366.623	449.114	366.623
Participação dos não controladores		–	–	(12.312)	(8.251)
		449.114	366.623	436.802	358.372
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas controladores durante o exercício (expresso em R$ por ação)					
Básico	30	0,47758	0,39009	0,47758	0,39009
Diluído	30	0,47430	0,38719	0,47430	0,38719

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido do exercício	449.114	366.623	436.802	358.372
Correção monetária por hiperinflação	(24.524)	(13.547)	(24.524)	(13.547)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(50.742)	104.303	(47.248)	108.001
Resultado abrangente total	373.848	457.379	365.030	452.826
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	373.848	457.379	373.848	457.379
Participação dos não controladores	–	–	(8.818)	(4.553)
Resultado abrangente total	373.848	457.379	365.030	452.826

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		449.114	366.623	436.802	358.372
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	13 e 14	44.260	35.464	119.808	105.470
Ganho (perda) na venda de ativos de investimentos, imobilizados e intangíveis		3.158	6.431	3.614	(53.562)
Equivalência patrimonial	11	(351.845)	(112.877)	41.532	(15.667)
Perdas de crédito esperadas	8	(1.173)	7.259	(13.510)	39.112
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	20	(27.863)	(16.140)	(63.967)	24.525
Juros e variações monetárias apropriados		(836)	80.098	68.533	126.509
Participações dos não controladores		–	–	(12.312)	(8.251)
Ativos mensurados ao valor justo		(38.967)	(36.188)	5.283	(5.142)
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução em contas a receber de clientes		(407.839)	112.735	(671.834)	285.892
(Aumento) redução nos estoques		(128.646)	(141.512)	(420.305)	(237.516)
(Aumento) redução em outras contas a receber		(13.085)	(435.901)	(44.129)	(546.570)
Aumento (redução) em fornecedores		205.739	28.192	251.709	100.759
Aumento (redução) em outras contas a pagar		153.944	31.319	353.416	94.412
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		(114.039)	(74.497)	54.640	268.343
Impostos sobre os lucros pagos		–	(33.446)	(9.273)	(80.090)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(114.039)	(107.943)	45.367	188.253
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aportes de capital em controladas		(62.467)	(90.683)	–	–
Dividendos de controladas, controladas em conjunto e coligadas		189.609	162.769	2.306	4.749
Adições de imobilizado	13	(48.261)	(71.523)	(90.326)	(100.081)
Adições de intangível	14	(5.512)	(3.625)	(7.113)	(3.923)
Recebimento na venda de investimentos, imobilizado e intangível		484	1.426	1.095	66.494
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos		73.853	(1.636)	(94.038)	(32.761)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Ações em tesouraria		1.027	1.618	1.027	1.618
Empréstimos tomados de terceiros		506.427	599.805	921.325	895.909
Pagamento de empréstimos - principal		(430.916)	(259.611)	(812.152)	(678.463)
Pagamento de empréstimos - juros		(44.355)	(24.938)	(104.378)	(76.127)
Pagamento dos juros sobre capital próprio e dividendos		(88.785)	(16.539)	(88.785)	(16.539)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento		(56.602)	300.335	(82.963)	126.398
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		–	–	(19.868)	154
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(96.788)	190.756	(151.502)	282.044
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		817.438	626.682	1.322.975	1.040.931
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		720.650	817.438	1.171.473	1.322.975

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado (*) 2022	Consolidado (*) 2021
Demonstrações do valor adicionado				
Receitas	**2.699.605**	**1.738.401**	**6.169.107**	**4.227.702**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.669.189	1.468.378	6.043.346	3.849.433
Outras receitas	29.243	277.282	112.394	417.381
Perdas de crédito esperadas	1.173	(7.259)	13.367	(39.112)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	**(2.115.783)**	**(1.266.293)**	**(5.046.595)**	**(3.467.851)**
Custos dos produtos e serviços prestados	(1.791.922)	(1.020.800)	(4.482.116)	(3.044.180)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(252.169)	(153.586)	(403.691)	(271.146)
Perda de valores ativos	(71.692)	(91.907)	(160.788)	(152.525)
Valor adicionado bruto	**583.822**	**472.108**	**1.122.512**	**759.851**
Depreciações e amortizações	(44.260)	(35.464)	(119.808)	(105.470)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**539.562**	**436.644**	**1.002.703**	**654.381**
Valor adicionado recebido em transferência	**774.899**	**497.014**	**616.180**	**515.472**
Resultado de equivalência patrimonial	351.845	112.877	(41.532)	15.667
Receitas financeiras	423.054	384.137	657.712	499.805
Valor adicionado total a distribuir	**1.314.461**	**933.658**	**1.618.883**	**1.169.853**
Distribuição do valor adicionado	**1.314.461**	**933.658**	**1.618.883**	**1.169.853**
Pessoal	547.666	337.874	810.214	530.842
Remuneração direta	451.125	249.859	661.514	400.864
Benefícios	64.304	54.878	105.252	87.377
FGTS	32.237	33.137	43.448	42.601
Impostos, taxas e contribuições	(71.663)	(32.956)	(151.151)	(73.211)
Federais	(20.264)	1.227	(114.499)	28.001
Estaduais	(53.073)	(35.547)	(38.755)	(103.114)
Municipais	1.674	1.364	2.103	1.902
Remuneração de capitais de terceiros	389.344	262.117	523.018	353.850
Despesas financeiras	381.270	256.450	510.207	344.933
Aluguéis	8.074	5.667	12.811	8.917
Lucros do exercício, juros sobre capital próprio e dividendos	449.114	366.623	436.802	358.372
Juros sobre o capital próprio e dividendos	99.227	82.264	99.227	82.264
Lucros retidos do exercício	349.887	284.359	337.575	276.108

(*) A demonstração do valor adicionado consolidada não forma parte das demonstrações financeiras consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Marcopolo S.A. ("Marcopolo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 abrangem a Marcopolo e suas controladas, controladas em conjunto e investimentos em coligadas (denominadas "Companhia"). A Marcopolo tem por objeto a fabricação e comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, peças, máquinas agrícolas e industriais, importação e exportação, podendo ainda participar de outras sociedades. A Marcopolo tem suas ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) sob as siglas "POMO3" e "POMO4" e está listada no segmento de governança corporativa nível 2.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.1 Base de preparação: (a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2023. **(b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo conforme Nota 2.6 e 2.17. **(c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de

MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiros; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. **(b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **2.6.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração: (a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. **(b) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os passivos financeiros são mensurados pelo método da taxa de juros efetiva. **2.6.4 Recompra e reemissão de ações - Ações em Tesouraria:** Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital. **2.6.5 Redução ao valor recuperável *impairment:* (a) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito, com base na experiência histórica. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(c) Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **(d) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. **2.7 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os instrumentos derivativos contratados não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras". **2.8 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo preço da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. **2.9 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **2.10 Imobilizado:** *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. *Reclassificação para propriedade para investimento:* Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. *Custos subsequentes:* Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. *Depreciação:* Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Anos
Edificações	40-60
Máquinas	10-15
Veículos	7-8
Móveis, utensílios e equipamentos	5-12

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **2.10.1 Ativo de direito de uso:** *Reconhecimento e mensuração:* A Companhia aplicou expediente prático da norma no qual o ativo de direito de uso corresponde ao passivo de arrendamento descontado utilizando a taxa de juros incremental na data de transição. Após a mensuração inicial, os valores registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com os critérios do CPC 27 - Ativo imobilizado, na depreciação do ativo de direito de uso e corrigida qualquer remensuração do passivo de arrendamento quando aplicável. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente é conforme o prazo de cada contrato. **2.11 Ativos intangíveis e ágio: (a) Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível" no consolidado. No balanço individual da controladora, a parte desse ágio atribuível à controladora integra o saldo contábil do investimento. Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. **(b) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos. **(c) *Softwares:*** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil de até 5 anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; • a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo; • o *software* pode ser vendido ou usado; • o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e • o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. **(d) Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. **(e) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumulado. **(f) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(g) Amortização:** Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **2.12 Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. **2.13 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. A Companhia participa de um convênio de cessão de crédito, no qual seu fornecedor pode optar por receber o pagamento de sua fatura antecipado por um banco, considerando os valores a receber da Companhia. Nos termos do acordo, um banco concorda em pagar os valores a um fornecedor participante em relação às faturas devidas pela Companhia e recebe liquidação da Companhia na data de vencimento original do título. O principal objetivo deste contrato é facilitar o processamento de pagamentos e permitir que o fornecedor disposto ceda seus recebíveis devidos pela Companhia a um banco antes da data de vencimento. A Companhia não desreconheceu o passivo ao qual o acordo se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi modificado ao entrar no acordo. Da perspectiva da Companhia, o acordo não estende as condições de pagamento além dos termos normais acordados com o fornecedor. A Companhia não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos ao fornecedor. Portanto, a Companhia divulga os valores contabilizados pelo fornecedor no contas a pagar, no valor de R$ 9.883 em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras consolidadas, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar. **2.14 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.15 Determinação do ajuste a valor presente:** Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são: • Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% da CDI mensal para clientes mercado interno e a taxa a mercado referente à cotação dos adiantamentos de contrato de câmbio para os clientes mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e • Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A Companhia realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para contas a receber. **2.16 Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **2.17 Provisão para garantias:** Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação às probabilidades associadas. **2.18 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no exercício, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia aplica a interpretação técnica IFRIC 23/ICPC 22, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social - correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.19 Benefícios de pensão e pós-emprego:** A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço; (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado; (iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção; (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício; e (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização. Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. **2.20 Capital social:** *Ações ordinárias:* São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. *Ações preferenciais:* São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. A distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Marcopolo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Marcopolo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. **2.21 Reconhecimento da receita:** A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a entidade possui um direito presente de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) a entidade transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (v) o cliente aceitou o ativo. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas. **(a) Venda de ônibus:** O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os carros tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os carros de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, e são descontadas ao valor presente. **(b) Serviços financeiros:** Realizamos operações de intermediação financeira por meio da controlada Banco Moneo, tendo como objetivo principal a realização de financiamentos para a aquisição de bens e serviços, visando ao atendimento dos clientes da Companhia. Esta receita é reconhecida pelo regime de competência e contabilizada em contas de receita, isso com base no método de taxa de juros efetiva e juros *pro rata* para operações vencidas até o 59° dia. Após decorridos 60 dias de atraso são mantidas em receitas a apropriar e reconhecidas no momento do recebimento dos valores. **2.22 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • receita e despesa de juros; • ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda; • ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro; • perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); • ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado; e • reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica tanto os dividendos quanto os juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: **(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio:** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a prática contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. **(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia está sujeita ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. **(c) Perdas de crédito esperadas:** A área de análise de crédito da Companhia avalia e julga a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, as garantias oferecidas e as experiências passadas, revisitando periodicamente os saldos. **(d) Contingências:** A Companhia possui processos trabalhistas, cíveis e tributários e vem discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco: (a) Risco de mercado: (i) Risco cambial: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações, pois os seus ativos e passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano. Como estratégia para prevenção à redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também à variação cambial. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía ativos, passivos e *forwards* denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

				Consolidado 2022
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Empréstimos	*Forwards*
Moedas				
Dirhams	332	–	–	–
Dólares americanos	126.439	–	1.025.717	109.559
Dólares australianos	52.231	65.777	183.574	–
Pesos argentinos	10.268	28.927	30.001	–
Pesos chilenos	–	1.327	–	–
Randes sul-africanos	13.116	6.052	776	–
Renminbis chineses	12.481	7.979	24.732	–
Pesos mexicanos	136.068	–	–	–
Dólar de Singapura	–	–	–	1.947
	350.935	110.062	1.264.800	111.506

				Consolidado 2021
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Empréstimos	*Forwards*
Moedas				
Dirhams	313	306	–	–
Dólares americanos	170.354	12.396	980.705	106.610
Dólares australianos	28.439	30.187	161.324	–
Pesos argentinos	21.555	38.172	39.303	–
Pesos chilenos	–	2.215	–	–
Randes sul-africanos	21.222	11.470	5.332	–
Renminbis chineses	9.871	3.558	18.107	879
Pesos mexicanos	58.202	61.738	–	–
Euro	–	–	–	73
Dólar de Singapura	–	–	–	230
Franco Suíço	–	–	–	205
	309.956	160.042	1.204.771	107.997

(ii) Risco de taxa de juros: Os resultados da Companhia são suscetíveis a perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **(iii) Risco de preço de vendas e compras:** Considerando-se que as exportações são equivalentes a 26,6% das receitas previstas para 2023, a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá alterar os resultados planejados pela Administração. De outro lado, as compras de matérias-primas consideradas *commodities* representam aproximadamente 28% do total das compras e desta forma sujeita a Companhia aos efeitos das oscilações nos preços de mercado destes itens. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente a evolução de preços. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A Companhia possui ainda as perdas de crédito esperadas no montante de R$ 30.045 (controladora) e R$ 139.184 (consolidado) em 31 de dezembro de 2022 (R$ 38.210 e R$ 160.521 em 31 de dezembro de 2021) representativos de 4,3% e 7,3%, respectivamente, do saldo de contas a receber da controladora e do consolidado em aberto (12,5% e 12,8%, em 31 de dezembro de 2021), a qual foi constituída para fazer face ao risco de crédito. **(c) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

					Consolidado 2022
			Fluxo de caixa contratual		
	Valor contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	2.368.027	2.628.261	646.721	1.829.523	152.017
Obrigações com arrendamento	73.987	51.521	33.048	13.362	5.111
Fornecedores	653.253	653.253	653.253	–	–
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	975	975	975	–	–

					Consolidado 2021
			Fluxo de caixa contratual		
	Valor contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	2.320.959	2.636.522	922.892	1.564.321	149.309
Obrigações com arrendamento	59.626	59.626	30.998	18.925	9.703
Fornecedores	459.049	459.049	459.049	–	–
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	921	921	921	–	–

(d) Análise de sensibilidade: Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Cenário provável (Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI - %		13,75	17,19	20,63
TJLP - %		7,37	9,21	11,05
Taxa cambial - US$		5,22	6,52	7,83
Taxa cambial - Euro		5,65	7,06	8,48
LIBOR - %		5,14	6,42	7,71
Custo do ACC deságio - %		7,57	9,46	11,35
SOFR - %		4,63	5,79	6,94
TR - %		2,75	3,44	4,12
	Aplicações financeiras	89.588	111.936	134.263
	Relações interfinanceiras	128.122	140.610	153.098
	Empréstimos e financiamentos	(135.726)	(411.936)	(688.630)
	Forwards	(1.663)	28.574	59.626
	Contas a receber subtraído do contas a pagar	219	98.722	197.225
	Ganho/(Perda)	80.540	(32.094)	(144.418)

4.2 Gestão de capital: O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é de resguardar a habilidade de sua continuidade operacional, para garantir retorno aos acionistas, mantendo uma estrutura otimizada de capital

MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
Instrumentos financeiros derivativos				
Derivativos - mercado a termo (*Non Deliverable Forwards*)	542	131	598	683
	542	131	598	683
Não circulante				
Ao custo amortizado				
Partes relacionadas	145.095	106.539	69.864	75.061
	145.095	106.539	69.864	75.061

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. A Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham sido registrados segundo o tratamento contábil de *hedge accounting* de acordo com IFRS 9/CPC 48.

8. Contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
No mercado nacional	197.429	84.850	677.493	180.039
No mercado externo	213.460	142.352	381.823	324.855
Partes relacionadas	307.725	81.479	–	–
Relações interfinanceiras	–	–	285.430	267.536
Ajuste a valor presente	(12.037)	(2.951)	(22.476)	(7.087)
Perdas de crédito esperadas	(30.045)	(38.210)	(79.707)	(107.768)
	676.532	267.520	1.242.563	657.575
Não circulante				
No mercado externo	–	–	104.201	28.788
Relações interfinanceiras	–	–	468.818	459.420
Perdas de crédito esperadas	–	–	(59.477)	(52.753)
	–	–	513.542	435.455
	676.532	267.520	1.756.105	1.093.030

As relações interfinanceiras referem-se a operações de crédito por financiamentos de ônibus pelo Banco Moneo, através de repasses do programa FINAME do BNDES. A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Valores a vencer	656.827	231.300	1.588.446	1.077.418
Vencidos:				
Até 30 dias	17.980	6.955	125.853	54.172
Entre 31 e 60 dias	5.723	5.296	57.287	8.142
Entre 61 e 90 dias	2.023	2.916	35.114	3.946
Entre 91 e 180 dias	2.296	2.808	53.531	9.239
Acima de 181 dias	33.765	59.406	57.534	107.721
Ajuste a valor presente	(12.037)	(2.951)	(22.476)	(7.087)
(–) Perdas de crédito esperadas	(30.045)	(38.210)	(139.184)	(160.521)
	676.532	267.520	1.756.105	1.093.030

A movimentação de perdas de crédito esperadas está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(37.354)	(147.220)
Provisão registrada no exercício	(7.259)	(40.564)
Reversão de provisão contra contas a receber (*write-off*)	6.403	26.345
Recuperação de créditos provisionados	–	1.451
Variação cambial	–	(533)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(38.210)	(160.521)
Provisão registrada no exercício	(3.974)	(18.924)
Reversão de provisão contra contas a receber (*write-off*)	6.992	7.251
Recuperação de créditos provisionados	5.147	32.291
Variação cambial	–	719
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(30.045)	(139.184)

Contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Real	463.072	125.168	1.405.170	783.074
Dirham	–	–	332	313
Dólar Americano	213.460	142.352	126.439	170.354
Dólar Australiano	–	–	52.231	28.439
Peso Argentino	–	–	10.268	21.555
Rande	–	–	13.116	21.222
Renminbi	–	–	12.481	9.871
Peso Mexicano	–	–	136.068	58.202
	676.532	267.520	1.756.105	1.093.030

9. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Produtos acabados	72.601	55.758	406.917	207.922
Produtos em elaboração	69.760	44.559	168.580	145.232
Matérias-primas e auxiliares	339.904	220.509	724.937	569.584
Importações em andamento	8.971	41.134	52.071	81.362
Provisão para perdas nos estoques	(5.991)	(5.361)	(14.154)	(16.486)
	485.245	356.599	1.338.351	987.614

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(6.469)	(13.666)
Reversão de provisão	3.141	6.634
Provisão registrada no exercício	(2.033)	(8.899)
Variação cambial	–	(555)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(5.361)	(16.486)
Reversão de provisão	325	6.521
Provisão registrada no exercício	(955)	(4.885)
Variação cambial	–	696
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(5.991)	(14.154)

10. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	1.743	2.470	2.835	3.925
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	8.719	11.771	49.492	27.912
Programa de Integração Social (PIS)	1.613	2.232	16.552	13.668
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	10.170	9.964	65.733	57.581
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	–	–	584	584
Reintegra	820	820	1.195	1.677
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	–	–	30.451	77.561
Pis/Cofins a recuperar - Exclusão ICMS base cálculo (ii)	15.209	–	37.645	16.272
Outros	18.059	11.303	18.293	10.071
	56.333	38.560	222.780	209.251
Não circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	3.022	3.368	3.243	3.644
Pis/Cofins a recuperar - Exclusão ICMS base cálculo (ii)	269.246	298.929	348.021	402.031
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	–	–	26.554	11.583
	272.268	302.297	377.818	417.258
	328.601	340.857	600.598	626.509

(i) Seu detalhamento consta na nota explicativa 29 (i).
(ii) Seu detalhamento consta na nota explicativa 29 (iii).

11. Investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Controladas	2.261.129	2.118.118	–	–
Controladas em conjunto	110.499	119.165	86.564	102.915
Coligadas	52.657	44.368	369.402	451.901
Outros investimentos	–	–	3.463	5.307
	2.424.285	2.281.651	459.429	560.123

(a) Investimento em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas: Os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstrados a seguir:

Controladas:

	Apolo	Ciferal	Ilmot (1)	Loma Metalsur (1)	MAC (1)	MBC (1)	MP Austrália (1)	Masa (1)	MP Argentina (1)(2)	MIC (1)	Moneo	MP Canadá (1)	MP Middle East (1)	MP Next	MP México (1)	San Marino (2),(3)	Polo Venture	Syncro	Trading	Volare Veículos	Volare Comércio	Controladas Total 2022	Controladas Total 2021
Dados dos Investimentos																							
Capital social	3.850	308.055	80.343	20.107	61.356	18.000	79.751	9.558	20.107	7.304	150.000	125.440	1.421	5.000	52.561	–	20.000	4.000	5.000	351.110	11.000		
Patrimônio líquido	9.678	722.705	166.757	(22.600)	697	(4.522)	56.390	64.342	(22.600)	8.097	246.339	399.999	(3.749)	4.527	176.177	–	6.717	6.875	9.107	466.521	7.322		
Ações ou quotas possuídas	3.250.000	308.054.016	154.000	4.897.938	1	1	100	300	4.897.938	1.400.000	150.000	4.925.530	1	4.999.500	3.011.659	–	19.998.000	4.000.000	4.999.850	343.110.000	11.000.000		
% de participação	65,00	100,00	100,00	26,01	100,00	100,00	100,00	100,00	43,99	100,00	100,00	100,00	100,00	99,99	3,61	100,00	99,99	100,00	99,99	100,00	100,00		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.528	244.178	2.185	(43.764)	(11.031)	(2.355)	(20.893)	3.456	(43.764)	290	15.475	(60.487)	(1.358)	159	1.080	36.938	(1.159)	611	286	153.510	1.826		
Movimentação dos investimentos																							
Saldos iniciais:																							
Pelo valor patrimonial	5.298	110.389	183.582	1.494	–	–	87.896	68.916	27.398	8.347	235.196	515.032	–	–	6.478	564.058	7.675	6.264	8.888	275.711	5.496	2.118.118	1.960.849
Reclassificação de provisão para perda de investimento	–	–	–	–	(22.396)	(2.547)	–	–	–	–	–	–	(2.567)	(1.732)	–	–	–	–	–	–	–	(29.242)	(16.642)
Aquisição de participação	–	511.259	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(511.259)	–	–	–	–	–	–	667
Adiantamento para aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	37.300	–	37.300	64.114
Integralização de capital	–	–	–	–	33.067	–	–	–	–	–	–	–	–	6.100	–	–	200	–	–	–	–	39.367	26.199
Dividendos recebidos/revertidos	–	(90.000)	(2.903)	–	–	–	–	–	–	–	(4.332)	–	–	–	–	(90.000)	–	–	(68)	–	–	(187.303)	(158.020)
Resultado de equivalência patrimonial	993	244.178	2.185	(11.383)	(11.031)	(2.355)	(20.893)	3.456	(19.252)	290	15.475	(60.487)	(1.358)	159	39	36.938	(1.159)	611	286	153.510	1.826	332.028	103.490
Ajustes acumulados de conversão	–	1.396	(16.107)	2.952	1.057	380	(10.613)	(8.030)	4.992	(540)	–	(45.326)	176	–	(157)	300	–	–	–	–	–	(69.520)	103.847
Redução de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(20.164)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(20.164)	–
Variação cambial sobre redução de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	10.944	–	–	–	–	–	–	–	–	–	10.944	–
Correção monetária por hiperinflação	–	–	–	1.058	–	–	–	–	1.789	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.847	4.521
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–	(881)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(881)	–
Amortização de mais-valia	–	(112)	–	–	–	–	–	–	(682)	–	–	–	–	–	–	(37)	–	–	–	–	–	(831)	(149)
Saldos finais:	6.291	777.110	166.757	(5.879)	697	(4.522)	56.390	64.342	13.364	8.097	246.339	399.999	(3.749)	4.527	6.360	–	6.716	6.875	9.106	466.521	7.322	2.232.663	2.088.876
Provisão para perda de investimento	–	–	–	5.879	–	4.522	–	–	14.316	–	–	–	3.749	–	–	–	–	–	–	–	–	28.466	29.242
Pelo valor patrimonial	6.291	777.110	166.757	–	697	–	56.390	64.342	27.680	8.097	246.339	399.999	–	4.527	6.360	–	6.716	6.875	9.106	466.521	7.322	2.261.129	2.118.118

(1) Empreendimentos no exterior. (2) Estes saldos contemplam investimentos e ágio. (3) A San Marino foi incorporada pela Ciferal, ambas controladas pela Marcopolo, em 31 de março de 2022. Sendo que a partir de 01 de abril de 2022 a empresa San Marino deixou de existir e sua operação foi totalmente transferida para a Ciferal.

Empreendimentos controlados em conjunto:

	Empreendimentos controlados em conjunto Loma (1),(2)	Metalpar (1)	Superpolo (1)	2022	Total 2021
Dados dos investimentos					
Capital social	122.399	17	13.908		
Patrimônio líquido	(91.455)	(62.800)	148.588		
Ações ou quotas possuídas	50.171.712	493.611	265.763		
% de participação	51,00	1,00	20,61		
Lucro líquido (prejuízo) do período	9.163	25.200	5.318		
Movimentação dos investimentos					
Saldos iniciais:					
Pelo valor patrimonial	33.169	–	40.749	73.918	86.522
Reclassificação de provisão para perda de investimento	–	(757)	–	(757)	(841)
Integralização de capital	–	–	–	–	–
Dividendos recebidos	–	–	(2.036)	(2.036)	(2.909)
Resultado de equivalência patrimonial	4.673	252	1.096	6.021	9.892
Ajustes acumulados de conversão	22.251	375	(9.185)	13.441	686
Correção monetária por hiperinflação	(26.872)	(498)	–	(27.370)	(18.068)
Variação cambial sobre alienação de investimento	–	–	–	–	(510)
Transferências	881	–	–	881	–
Amortização de mais-valia	(869)	–	–	(869)	(1.551)
Baixa de investimento	–	–	–	–	(60)
Saldos finais:	33.233	(628)	30.624	63.229	73.161
Provisão para perda de investimento	46.642	628	–	47.270	46.004
Pelo valor patrimonial	79.875	–	30.624	110.499	119.165
Ágio sobre investimento	(48.856)	–	–	(48.856)	(52.172)
Alocação preço de compra	(18.749)	–	–	(18.749)	(22.184)
Participação indireta - Superpolo	–	–	43.670	43.670	58.106
Pelo valor patrimonial consolidado	12.270	–	74.294	86.564	102.915

(1) Empreendimentos no exterior. (2) Estes saldos contemplam investimentos e ágio.

Coligadas:

	GBPolo (1),(2)	Mercobus (1)	Valeo	WSul	New Flyer (1)	Coligadas Total 2022	Coligadas Total 2021
Dados dos investimentos							
Capital social	2.721.496	799	30.000	6.100	5.155.251		
Patrimônio líquido	–	3.818	119.320	11.340	3.708.958		
Ações ou quotas possuídas	1.960.784	232.000	244.898	1.830.000	4.925.530		
% de participação	20,00	40,00	40,00	30,00	8,54		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(17.645)	328	17.128	5.177	(705.960)		
Movimentação dos investimentos							
Saldos iniciais:							
Pelo valor patrimonial	–	1.430	40.819	2.119	–	44.368	44.778
Reclassificação de provisão para perda de investimento	(5.831)	–	–	–	–	(5.831)	(4.176)
Dividendos recebidos	–	–	–	(270)	–	(270)	(1.840)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.529)	131	6.851	1.553	–	5.006	5
Ajustes acumulados de conversão	5.312	(34)	58	–	–	5.336	(230)
Redução de capital	6.202	–	–	–	–	6.202	–
Variação cambial sobre redução de capital	(2.154)	–	–	–	–	(2.154)	–
Saldos finais:	–	1.527	47.728	3.402	–	52.657	38.537
Provisão para perda de investimento	–	–	–	–	–	–	5.831
Pelo valor patrimonial	–	1.527	47.728	3.402	–	52.657	44.368
Participação indireta - New Flyer	–	–	–	–	316.745	316.745	407.533
Pelo valor patrimonial	–	1.527	47.728	3.402	316.745	369.402	451.901

(1) Empreendimento no exterior. (2) Empresa alienada em dezembro de 2022.

12. Propriedade para investimento: As propriedades para investimento são constituídas por dois imóveis: um localizado em Três Rios e outro em Caxias do Sul. O terreno localizado em Três Rios, no Rio de Janeiro possui 140.000m², sua área construída é de 20.378,87m². A propriedade está mensurada pelo seu valor contábil de R$ 41.349 (R$ 41.764 em 31 de dezembro de 2021) e foi avaliada ao seu valor justo em R$ 41.971. O terreno localizado em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul possui 46.530,05m², sua área construída é de 35.860,75m². A propriedade está mensurada pelo seu valor contábil de R$ 6.002 (R$ 6.240 em 31 de dezembro de 2021) e foi avaliada ao seu valor justo em R$ 49.930. Os valores justos são líquidos de despesas de comercialização e foram apurados por avaliadores especializados. Não existem atividades operacionais sendo exercidas nos locais, que são mantidos para auferir receitas de aluguéis ou para a valorização dos imóveis. No decorrer do exercício de 2022 houve apenas gastos irrelevantes com vigilância, seguros e energia.

	Controladora Terrenos	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.609	3.351	280	6.240
Depreciações	–	(191)	(47)	(238)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.609	3.160	233	6.002
Custo da propriedade para investimento	2.609	3.558	330	6.497
Depreciação acumulada	–	(398)	(97)	(495)
Valor residual	2.609	3.160	233	6.002
Taxas anuais de depreciação - %		5,4	14,1	

	Consolidado Terrenos	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	22.822	22.612	2.570	48.004
Depreciações	–	(412)	(241)	(653)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	22.822	22.200	2.329	47.351
Custo da propriedade para investimento	22.822	24.998	3.799	51.619
Depreciação acumulada	–	(2.798)	(1.470)	(4.268)
Valor residual	22.822	22.200	2.329	47.351
Taxas anuais de depreciação - %		2,5	11,2	

13. Imobilizado: (a) Síntese da movimentação do imobilizado da controladora:

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Outras imobilizações	Total	Direitos de uso Prédios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	15.659	130.368	232.355	3.278	9.938	1.872	175	393.645	5.545	399.190
Adições	–	11.131	56.710	229	3.374	79	–	71.523	2.038	73.561
Baixas	–	(171)	(5.552)	(13)	(175)	(246)	–	(6.157)	–	(6.157)
Transferências	–	(395)	395	–	–	–	–	–	–	–
Depreciações	–	(3.732)	(23.642)	(673)	(3.190)	(209)	–	(31.446)	(1.686)	(33.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.659	137.201	260.266	2.821	9.947	1.496	175	427.565	5.897	433.462
Custo do imobilizado	15.659	206.903	444.203	9.499	31.602	5.516	175	713.557	9.369	722.926
Depreciação acumulada	–	(69.702)	(183.937)	(6.678)	(21.655)	(4.020)	–	(285.992)	(3.472)	(289.464)
Valor residual	15.659	137.201	260.266	2.821	9.947	1.496	175	427.565	5.897	433.462
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.659	137.201	260.266	2.821	9.947	1.496	175	427.565	5.897	433.462
Adições	–	5.848	34.530	685	6.520	678	–	48.261	2.209	50.470
Baixas	–	–	(1.746)	(7)	(157)	(16)	(16)	(1.942)	–	(1.942)
Depreciações	–	(4.342)	(31.362)	(571)	(3.079)	(200)	–	(39.554)	(2.292)	(41.846)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.659	138.707	261.688	2.928	13.231	1.958	159	434.330	5.814	440.144
Custo do imobilizado	15.659	212.657	474.041	10.141	35.413	6.169	159	754.239	11.578	765.817
Depreciação acumulada	–	(73.950)	(212.353)	(7.213)	(22.182)	(4.211)	–	(319.909)	(5.764)	(325.673)
Valor residual	15.659	138.707	261.688	2.928	13.231	1.958	159	434.330	5.814	440.144
Taxas anuais de depreciação - %		2,8	11,8	9,0	15,0	12,3	9,4			

(b) Síntese da movimentação do imobilizado consolidado:

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de informática	Veículos	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Total	Direitos de uso Prédios	Direitos de uso Máquinas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	55.624	424.655	386.285	8.333	12.119	4.986	13.084	31.561	936.647	65.341	4.332	1.006.320
Efeito cambial	(9)	(1.148)	(340)	184	–	61	(186)	105	(1.333)	1.350	–	17
Correção monetária por hiperinflação	728	6.591	4.103	195	–	428	2.695	2.170	16.910	–	–	16.910
Adições	–	12.892	63.183	612	4.918	3.730	2.121	12.625	100.081	7.824	–	107.905
Baixas	–	(3.037)	(7.642)	(407)	(459)	(781)	(151)	(24)	(12.501)	–	–	(12.501)
Transferências	6	19.757	966	1	–	89	(6)	(20.813)	–	–	–	–
Depreciações	–	(14.400)	(53.214)	(1.815)	(4.010)	(1.952)	(3.852)	(28)	(79.271)	(20.967)	(654)	(100.892)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	56.349	445.310	393.341	7.103	12.568	6.561	13.705	25.596	960.533	53.548	3.678	1.017.759
Custo do imobilizado	56.349	564.742	872.636	25.544	40.556	19.288	44.115	25.596	1.648.826	113.246	6.258	1.768.330
Depreciação acumulada	–	(119.432)	(479.295)	(18.441)	(27.988)	(12.727)	(30.410)	–	(688.293)	(59.698)	(2.580)	(750.571)
Valor residual	56.349	445.310	393.341	7.103	12.568	6.561	13.705	25.596	960.533	53.548	3.678	1.017.759
Saldos em 31 de dezembro de 2021	56.349	445.310	393.341	7.103	12.568	6.561	13.705	25.596	960.533	53.548	3.678	1.017.759
Efeito cambial	(185)	(11.565)	(13.176)	(2.751)	–	(315)	(2.145)	(77)	(30.214)	(4.937)	–	(35.151)
Correção monetária por hiperinflação	1.369	28.252	9.587	425	–	819	692	(2.527)	38.617	–	–	38.617
Adições	8.272	11.059	45.910	1.243	7.228	1.656	457	14.501	90.326	38.146	–	128.472
Baixas	–	–	(2.300)	(24)	(262)	(692)	(41)	(1.387)	(4.706)	(82)	–	(4.788)
Transferências	–	–	–	–	182	–	–	(182)	–	–	–	–
Depreciações	–	(19.865)	(63.636)	(1.767)	(4.593)	(2.129)	(2.360)	(43)	(94.393)	(20.221)	(282)	(114.896)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	65.805	453.191	369.726	4.229	15.123	5.900	10.308	35.881	960.163	66.454	3.396	1.030.013
Custo do imobilizado	65.805	586.193	886.659	24.031	44.018	19.215	38.483	35.881	1.700.285	132.321	11.526	1.844.132
Depreciação acumulada	–	(133.002)	(516.933)	(19.802)	(28.895)	(13.315)	(28.175)	–	(740.122)	(65.867)	(8.130)	(814.119)
Valor residual	65.805	453.191	369.726	4.229	15.123	5.900	10.308	35.881	960.163	66.454	3.396	1.030.013
Taxas anuais de depreciação - %		1,7	8,2	9,1	15,3	12,9						

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. **(c) Garantia:** Em 31 de dezembro de 2022, propriedades com valor contábil residual de R$ 11.140 (R$ 20.225 em 31 de dezembro de 2021) estão sujeitas a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários e contingências.

14. Ágio e intangível: (a) Síntese da movimentação do intangível da controladora:

	Softwares	Marcas registradas e licenças	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	7.243	490	7.733
Adições	3.418	207	3.625
Amortizações	(2.295)	(37)	(2.332)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.366	660	9.026
Custo do intangível	63.637	1.070	64.707
Amortização acumulada	(55.271)	(410)	(55.681)
Valor residual	8.366	660	9.026
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.366	660	9.026
Adições	5.245	267	5.512
Amortizações	(2.334)	(80)	(2.414)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.277	847	12.124
Custo do intangível	68.391	1.337	69.728
Amortização acumulada	(57.114)	(490)	(57.604)
Valor residual	11.277	847	12.124
Taxas anuais de amortização - %	20,0	7,0	

(b) Síntese da movimentação do ágio e intangível do consolidado:

	Softwares	Marcas registradas e licenças	Carteira de clientes	Outros Intangíveis	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	8.852	9.611	23.952	789	302.726	345.930
Efeito cambial	(37)	–	–	–	7.034	6.997
Correção monetária por hiperinflação	546	–	–	–	–	546
Adições	3.700	223	–	–	–	3.923
Baixas	(6)	–	–	(424)	–	(430)
Transferências	282	1	(283)	–	–	–
Amortizações	(3.855)	(41)	(682)	–	–	(4.578)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.482	9.794	22.987	365	309.760	352.388
Custo do intangível	86.272	10.245	56.452	10.245	309.760	472.974
Amortização acumulada	(76.790)	(451)	(33.465)	(9.880)	–	(120.586)
Valor residual	9.482	9.794	22.987	365	309.760	352.388
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.482	9.794	22.987	365	309.760	352.388
Efeito cambial	(324)	–	–	–	(29.402)	(29.726)
Correção monetária por hiperinflação	1.182	–	–	–	–	1.182
Adições	6.845	268	–	–	–	7.113
Baixas	(3)	–	–	–	–	(3)
Amortizações	(4.140)	(90)	(682)	–	–	(4.912)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13.042	9.972	22.305	365	280.358	326.042
Custo do intangível	92.115	10.760	51.643	9.263	280.358	444.139
Amortização acumulada	(79.073)	(788)	(29.338)	(8.898)	–	(118.097)
Valor residual	13.042	9.972	22.305	365	280.358	326.042
Taxas anuais de amortização - %	20,0	0,4	2,8	10,0		

Composição do ágio:

	Ágios Loma/ Metalsur	San Marino	New Flyer	Pologren	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	52.172	30.739	82.321	144.528	309.760
Efeito cambial	–	–	(10.004)	(19.398)	(29.402)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	52.172	30.739	72.317	125.130	280.358

(c) Teste de ágio para verificação de *impairment:* (i) Ágio da controlada direta - Ciferal: Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na San Marino, incorporado pela Ciferal em 31 de março de 2022 no montante de R$ 30.739. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, e foram efetuadas por um período de cinco anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes: (i) margem bruta de 20,14%, (ii) taxa de crescimento de 5,77% a.a., e (iii) taxa de desconto calculada depois dos impostos de 15,23% a.a., e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise e aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de Caixa. De acordo com o CPC 01, a Companhia projetou os seguintes cenários de sensibilidade: (i) receita líquida 25% inferior e superior, (ii) margem EBITDA 25% inferior e superior; e (iii) taxa de desconto 1% inferior e superior. Os cenários alternativos não resultariam em necessidade de *impairment*. **(ii) Ágio da controlada indireta - Pologren:** Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na Volgren no montante de R$ 125.130. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, considerando a projeção no período de cinco anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes: (i) margem bruta de 19,08% a.a., (ii) taxa de crescimento de 20,15% a.a., e (iii) taxa de desconto de 8,7% a.a., e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise e aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de Caixa. De acordo com o CPC 01, a Companhia projetou os seguintes cenários de sensibilidade: (i) receita líquida 25% inferior e superior, (ii) margem EBITDA 25% inferior e superior, e (iii) taxa de desconto 1% inferior e superior. Os cenários alternativos não resultariam em necessidade de *impairment*. **(iii) Ágio da coligada indireta - New Flyer:** Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na New Flyer no montante de R$ 72.317. A New Flyer é uma Companhia de capital aberto, tendo suas ações (sob a sigla NFI) negociadas na bolsa de valores do Canadá. O valor recuperável foi calculado pelo valor justo (nível 1), considerando a cotação das ações da coligada indireta (10,95 dólares canadenses), comparado com o valor contábil (na época de aquisição 10,50 dólares canadenses). O valor recuperável foi comparado com contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de Caixa. **(iv) Ágio da controlada - Metalsur:** Composto pelo ágio gerado da reorganização societária na Argentina no montante de R$ 52.172. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, e foram efetuadas por um período de cinco anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes: (i) margem bruta de 23,25% a.a , (ii) taxa de crescimento de 26,46% a.a., e (iii) taxa de desconto calculada depois dos impostos de 20,00% a.a., e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõe a UGC e, como result

MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado 2022 Nominal	Controladora e Consolidado 2022 Ajustado a valor presente	Controladora e Consolidado 2021 Nominal	Controladora e Consolidado 2021 Ajustado a valor presente
Contraprestação de arrendamento	2.937	2.671	4.618	3.938
Pis/Cofins potencial (9,25%)	272	247	427	364

18. Provisões: (a) Contingências passivas: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos. As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão apresentadas a seguir. As contingências consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

	Controladora 2022		Controladora 2021	
Natureza	**Provável**	**Possível**	**Provável**	**Possível**
Cível	1.565	31.345	1.032	25.147
Trabalhista	83.082	117.271	78.684	79.887
Tributário	15.911	263.035	11.086	263.818
	100.558	411.651	90.802	368.852

	Consolidado 2022		Consolidado 2021	
Natureza	**Provável**	**Possível**	**Provável**	**Possível**
Cível	3.638	35.082	2.737	25.589
Trabalhista	99.598	127.283	94.666	89.958
Tributário	28.879	338.154	24.164	302.965
	132.115	500.519	121.567	418.512

	Controladora		Consolidado	
Depósitos judiciais	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Cível	1.966	2.987	2.873	3.962
Trabalhista	14.389	18.980	17.926	22.637
Tributário	20.869	19.196	42.672	40.532
	37.224	41.163	63.471	67.131

(i) Cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos. **(ii) Tributárias:** A Companhia e controladas são parte em ações judiciais de natureza tributária. A seguir, descrevemos a natureza das principais causas:

• Provisionadas

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
REINTEGRA - apropriação de crédito (i)	663	662	663	662
Regime Fiscal Especial - crédito tributário (ii)	822	752	822	752
IRPJ 2010, 2011 e 2012 (iii)	7.257	6.344	7.257	6.344
Outras contingências	7.169	3.328	20.137	16.406
	15.911	11.086	28.879	24.164

(i) Contingência relativa a crédito de REINTEGRA - contingência decorrente de divergência de procedimento no pleito do crédito de Reintegra referente ao 1º e 2º Trimestre de 2012. (ii) Contingência concernente à discussão dos procedimentos adotados para a fruição de benefícios fiscais utilizados na comercialização dos produtos. (iii) Contingência atinente à discussão dos procedimentos adotados para compensação do imposto de renda pago no exterior.

• Não provisionadas

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
PIS, COFINS e FINSOCIAL - compensações	2.291	2.068	2.291	2.068
COFINS - pedido de restituição (i)	25.708	24.115	25.708	24.115
PIS, COFINS - crédito	11.639	10.177	11.639	10.177
PIS - compensações (ii)	14.485	13.078	14.485	13.078
IPI - crédito	3.891	3.605	3.891	3.605
IRPJ - lucro inflacionário realizado a menor	3.235	3.102	3.235	3.102
IRPJ e CSLL - saldo negativo (iii)	18.170	19.011	18.170	19.011
IRPJ e CSLL - lucros no exterior (iv)	–	32.502	–	32.502
IRPJ e CSLL - IR pago no exterior	1.370	1.237	1.370	1.237
IRPJ e CSLL - lucros do exterior (v)	92.141	80.110	92.141	80.110
DCP - atualização monetária (vi)	32.188	29.749	32.188	29.749
REINTEGRA - compensação (vii)	18.912	17.672	18.912	17.672
ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes (viii)	–	–	6.452	16.207
ICMS - documentos fiscais inidôneos (ix)	2.327	2.156	2.327	2.156
ISS - serviços tomados de terceiros	–	6.718	–	6.718
INSS - serviços tomados de pessoas jurídicas	5.063	4.752	5.063	4.752
LC160 - compensação (x)	–	–	34.458	–
Outras contingências de menor valor	31.615	13.766	65.824	36.706
	263.035	263.818	338.154	302.965

(i) Contingências cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, relativas a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de COFINS. O processo administrativo encontra-se em andamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. (ii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a valores inscritos em dívida ativa, provenientes de compensações não homologadas derivadas de créditos obtidos em processo judicial. O processo encontra-se em andamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. (iii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. (iv) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a consolidação no Exterior de resultados de controladas indiretas, antes do oferecimento dos lucros à tributação no Brasil. O Recurso Voluntário apresentado pela empresa foi julgado procedente e os processos foram extintos. (v) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a glosa de compensações realizadas com impostos do exterior. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. (vi) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre créditos DCP, referente a glosa da atualização monetária e multa isolada aplicada em decorrência das declarações não homologadas. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. (vii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre crédito de Reintegra, em razão de divergência de procedimento no pleito do crédito. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento - DRJ. (viii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, da controlada, relativa a discussões sobre ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro. (ix) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussões sobre ICMS, por suposta emissão de documentos fiscais com erro na aplicação da alíquota, em operações de venda a não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. (x) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa à discussão sobre a abrangência do conceito de subvenção para fins de tributação do IRPJ e CSLL. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento - DRJ.

19. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados: A Marcopolo é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras: Marcopolo (principal), Ciferal, Syncroparts, Trading, Banco Moneo e Fundação Marcopolo. No exercício de 2022 foi despendido em contribuições, em nível consolidado, o montante de R$ 8.913 (R$ 7.968 em 2021). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva da patrocinadora, e de "contribuição definida" onde as contribuições são da patrocinadora e do participante, de forma opcional. Na data-base de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme abaixo apresentado. Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Valor presente das obrigações atuariais	(296.462)	(301.061)	(300.309)	(305.014)
Valor justo dos ativos do plano	359.247	348.872	363.905	353.467
Superávit não sujeito a reembolso ou redução nas contribuições futuras	(62.785)	(47.811)	(63.596)	(48.453)
Passivo a ser reconhecido	–	–	–	–

De acordo com as prerrogativas constantes nos regulamentos do plano de aposentadoria e na parcela contabilizada do plano de aposentadoria suplementar não se verifica a possibilidade de reembolso, aumento de benefício ou de redução nas contribuições futuras. Consequentemente o ativo decorrente do superávit dos planos não foi contabilizado em 31 de dezembro de 2022. A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Saldo inicial	–	–	–	–
Contribuições dos participantes do plano	4.619	4.360	4.644	4.392
Perdas (ganhos) atuariais	(4.619)	(4.360)	(4.644)	(4.392)
(Despesa) Receita anual líquida reconhecida	–	–	–	–
Saldo final	–	–	–	–

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Saldo inicial	348.872	353.656	353.467	358.423
Contribuição dos patrocinadores	4.619	4.360	4.644	4.392
Contribuição dos empregados	55	71	56	72
Benefícios pagos	(19.683)	(15.993)	(19.875)	(16.167)
Retorno esperado dos ativos do plano	25.384	6.778	25.613	6.747
Saldo final	359.247	348.872	363.905	353.467

A movimentação da obrigação atuarial nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Saldo inicial	301.061	325.555	305.014	329.936
(Ganhos) perdas atuariais	(11.775)	(32.995)	(12.037)	(33.568)
Custo dos serviços correntes	1.092	1.772	1.100	1.784
Custo financeiro	25.712	22.651	26.051	22.957
Contribuições dos empregados	55	71	56	72
Benefícios pagos	(19.683)	(15.993)	(19.875)	(16.167)
Saldo final	296.462	301.061	300.309	305.014

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Custo dos serviços correntes	1.092	1.772	1.100	1.784
Custo financeiro	(200)	(192)	(202)	(193)
Total incluído nos custos de pessoal	892	1.580	898	1.591

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

• Hipóteses econômicas

	Percentual a.a. Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Taxa de desconto (*)	9,90	8,88	9,90	8,88
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	9,90	8,88	9,90	8,88
Aumentos salariais futuros	5,98	5,73	5,98	5,73
Inflação	3,50	3,25	3,50	3,25

(*) A taxa de desconto é composta de: inflação 3,50% a.a. mais juros 5,98% a.a para o ano de 2022 (inflação de 3,25% a.a. mais juros de 5,73% a.a. para o ano de 2021).

• Hipóteses demográficas

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Tábua de mortalidade	AT 2000 (*)	AT 2000 (*)	AT 2000 (*)	AT 2000 (*)
Tábua de mortalidade e inválidos	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944

(*) Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%.

• Hipóteses atuariais e análises de sensibilidades

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefício, demonstra o impacto na exposição atuarial (7,41% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto em 1 p.p.:

(i) Valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2022.

- Total	296.462

(ii) Hipóteses atuariais significativas em 31 de dezembro de 2022.

		Análise de Sensibilidade	Efeito no VPO
Taxa de desconto	7,19%	1% de aumento	267.755
Taxa de desconto	5,19 %	1% de redução	331.429

(iii) Métodos e hipóteses utilizadas nas análises de sensibilidade. Os resultados apresentados foram preparados modificando apenas as hipóteses reais mencionadas em cada linha.

20. Imposto de renda e contribuição social: (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A base para constituição dos impostos é a seguinte:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo (passivo)				
Provisão para assistência técnica	44.566	34.965	86.118	57.458
Provisão para comissões	34.457	12.408	53.355	16.639
Perdas de crédito esperadas	8.646	9.746	29.782	77.418
Provisão para participação nos resultados	60.286	39.807	65.521	41.731
Provisão para contingências	104.485	95.463	135.751	104.909
Provisão para perdas nos estoques	5.991	5.361	8.103	9.272
Provisão para serviços de terceiros	5.027	9.944	78.850	25.126
Provisão para rescisões contratuais	10.249	8.753	21.207	14.800
Estoques não realizados	8.628	9.626	8.628	9.626
Ajuste a valor presente	8.237	2.033	13.373	3.393
Imposto de renda na fonte suspenso	11.024	10.121	11.024	10.121
(Depreciação fiscal)	(22.248)	(22.102)	(22.248)	(22.102)
(Apropriação ganhos/perdas com derivativos)	332	790	332	2.220
Variação cambial	(24.471)	77.675	(24.471)	77.675
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	263.004	144.882	364.821	232.092
Outras provisões	13.226	10.016	7.728	(10.643)
Base de cálculo	531.439	449.488	837.874	649.735
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	180.689	152.826	284.877	220.910

(b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido: A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
De 1 a 12 meses	44.834	40.696	84.931	52.023
De 13 a 24 meses	37.502	35.767	55.185	56.500
De 25 a 36 meses	19.650	16.759	47.649	36.036
De 37 a 48 meses	18.928	22.908	37.028	37.001
Acima de 48 meses	59.775	36.696	60.084	39.350
	180.689	152.826	284.877	220.910

(c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Conciliação				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	424.523	350.483	413.284	382.897
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
	(144.338)	(119.164)	(140.517)	(130.185)
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	122.768	4.291	–	–
Juros sobre capital próprio	37.076	34.188	37.076	34.188
Participação dos administradores	(2.330)	(1.510)	(2.330)	(1.510)
Programa de Alimentação do Trabalhador	–	731	–	731
Programa de Desenvolvimento Industrial (i)	–	14.302	–	14.302
Crédito presumido de ICMS	–	–	24.849	–
Prejuízo fiscal de empresas controladas	–	–	83.649	(11.942)
Rota 2030	2.223	857	2.223	857
Lei Complementar 160	10.648	594	10.648	594
IRPJ/CSLL sobre a taxa Selic	10.697	63.858	13.736	63.858
Outras adições (exclusões)	(12.153)	17.993	(5.817)	4.582
	24.591	16.140	23.518	(24.525)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(3.272)	(33.446)	(40.449)	(80.090)
Diferido	27.863	49.586	63.967	55.565
	24.591	16.140	23.518	(24.525)
Alíquota efetiva - %	6	5	6	6

(i) Trata-se de um incentivo fiscal voltado a inovação tecnológica. A Marcopolo deduz da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica classificáveis como despesas operacionais, conforme Lei 11.196/2005.

21. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social autorizado da controladora é de 2.100.000.000 ações, sendo 700.000.000 ações ordinárias e 1.400.000.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 946.892.882 (946.892.882 em 31 de dezembro de 2021) ações nominativas, sendo 341.625.744 ordinárias e 605.267.138 preferenciais, sem valor nominal. Conforme estatuto da Companhia, as ações preferenciais se diferenciam das ordinárias pela prioridade de reembolso no capital. Do total do capital subscrito, 249.269.214 (236.669.520 em 31 de dezembro de 2021) ações preferenciais nominativas pertencem a acionistas do exterior. **(b) Reservas: (i) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **(ii) Reservas estatutárias:** A Marcopolo destina 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro remanescente, para o pagamento de dividendo a todas as ações da Marcopolo, a título de dividendo mínimo obrigatório. O saldo remanescente do lucro líquido será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas: • Reserva para futuro aumento de capital para ser utilizada em futuros aumentos de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social. . Reserva para pagamento de dividendos intermediários para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social. • Reserva para compra das próprias ações a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da Marcopolo, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social. **(iii) Incentivos fiscais:** Com base no artigo 30 da Lei 12.973/14, aditado após a promulgação da Lei Complementar 160 em 07 de agosto de 2017, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal são considerados subvenções para investimentos, não podendo ser distribuídos como lucro ou dividendos aos acionistas. A adoção deste procedimento é fundamento para a não tributação da subvenção para investimentos no âmbito do imposto de renda e da contribuição social. **(c) Ações em tesouraria:** Corresponde ao entesouramento de 6.497.567 ações preferenciais nominativas, adquiridas ao custo médio de R$ 3,9558 (em reais um) por ação. No exercício foram alienadas 482.153 ações preferenciais nominativas, a um preço médio ponderado de R$ 2,6485 por ação, gerando um resultado líquido negativo de R$ 804. O valor das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R$ 25.703. As ações serão utilizadas para, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 77, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Marcopolo, de acordo com o Plano de Opções de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005.

22. Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95 e dividendos: De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Marcopolo calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R$ 133.534 (R$ 100.552 em 2021) sendo pagos a partir de 04 de abril de 2023, na razão de R$ 0,142 e 0,037 respectivamente para cada ação, tanto para as ações ordinárias escriturais, como para as ações preferenciais escriturais, os quais foram contabilizados como despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do caixa.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R$ 45.402 (R$ 34.188 em 2021), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Demonstrativo do cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício (Controladora)	449.114	366.623
Incentivo fiscal - Lei complementar 160	(31.317)	(20.247)
Lucro líquido do exercício (Controladora) depois do incentivo fiscal	417.797	346.376
Reserva legal (5%)	(20.890)	(17.319)
Base de cálculo para dividendos	396.907	329.057
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)	99.227	82.264
Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	34.307	18.288
Total de dividendos propostos pela Administração	133.534	100.552
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos		
Valor bruto	133.534	100.552
Imposto de renda na fonte (15%)	(20.030)	(15.083)
Imposto de renda na fonte retenção suspensa	4.181	3.475
Valor líquido dos juros creditados	117.685	88.944
Valor líquido dos juros, dividendos creditados e propostos	117.685	88.944

O valor dos referidos juros foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório declarado antecipadamente, por conta do corrente exercício em conformidade com o item III da Deliberação CVM nº 683/2012.

23. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

As principais coberturas de seguro são:

Natureza do ativo	Valor patrimonial	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Estoques, prédios e conteúdos	Incêndio e riscos diversos	1.522.981	1.035.815
Veículos	Colisão e responsabilidade civil	145.949	55.887
		1.668.930	1.091.702

24. Avais, fianças e garantias: A Companhia tinha contratado, em 31 de dezembro de 2022, avais e/ou fianças no montante de R$ 117.527 (R$ 93.674 em 31 de dezembro de 2021), concedidos a bancos em operações de financiamento a clientes, que têm como contrapartida a garantia dos respectivos bens financiados, bem como o valor contábil residual de bens financiados no montante de R$ 11.140 (R$ 20.225 em 31 de dezembro de 2021) dados em garantias de empréstimos bancários e contingências. A companhia possuía seguros garantia vigentes em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 168.412 (R$ 98.149 em 31 de dezembro de 2021).

25. Participação de empregados nos lucros e resultados: No exercício social de 2022, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, a Administração optou pelo pagamento semestral, sendo pago em julho de 2022 uma parcela, e o saldo será pago em fevereiro de 2023.

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido em Instrumento de Acordo do Programa de Participação nos Lucros e Resultados da Marcopolo (SOMAR).

Os valores estão classificados no resultado do exercício como segue:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Custo dos produtos e serviços vendidos	32.186	12.367	36.876	14.323
Despesas com vendas	6.737	3.767	6.737	3.777
Despesas de administração	8.724	8.647	10.526	10.201
	47.647	24.781	54.139	28.301

26 Receita: A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Vendas brutas de produtos e serviços	2.749.190	1.516.853	6.184.526	3.944.836
Impostos sobre vendas e devoluções	(353.635)	(213.728)	(768.908)	(445.397)
Receita líquida	2.395.555	1.303.125	5.415.618	3.499.439

27. Despesas por natureza:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Matérias-primas e materiais de consumo	1.422.628	802.552	3.628.349	2.535.552
Custo de ociosidade	–	6.952	–	10.131
Serviços de terceiros e outros	252.168	153.585	403.691	271.146
Remuneração direta	443.126	261.995	686.901	440.354
Remuneração dos administradores	16.813	9.874	16.813	9.874
Participação dos empregados nos lucros e resultados	47.647	24.781	54.139	28.301
Encargos de depreciações e amortizações	44.260	34.058	119.809	103.351
Despesas com previdência privada	7.843	6.985	8.913	7.968
Outras despesas	87.727	77.799	141.962	134.399
Total de custos e despesas de vendas, distribuições e despesas administrativas	2.322.212	1.378.581	5.060.577	3.541.076

28. Resultado financeiro

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias recebidos	39.835	190.063	47.396	230.031
Juros sobre derivativos	448	7	1.011	845
Rendas de aplicações financeiras	73.750	21.630	175.493	31.848
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	28.944	13.491	83.769	28.231
	142.977	225.191	307.669	290.955
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(88.125)	(48.582)	(125.061)	(81.759)
Juros sobre derivativos	(12.547)	(3.463)	(12.547)	(3.463)
Despesas bancárias	(5.831)	(5.538)	(12.603)	(10.899)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(20.415)	(4.683)	(43.962)	(11.046)
	(126.918)	(62.266)	(194.173)	(107.167)
Variações cambiais				
Variação cambial ativa	258.322	146.956	323.184	189.482
Variação cambial ativa sobre derivativos	21.755	11.990	26.859	19.368
Variação cambial passiva	(230.075)	(188.800)	(289.660)	(223.653)
Variação cambial passiva sobre derivativos	(24.277)	(5.384)	(26.374)	(14.113)
	25.725	(35.238)	34.009	(28.916)
Resultado financeiro, líquido	41.784	127.687	147.505	154.872

29. Outras receitas (despesas) operacionais:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins (iii)	1.465	160.917	8.481	223.461
Exclusão da correção monetária da base cálculo IRPJ/CSLL nas aplicações financeiras (ii)	15.551	40.690	15.551	40.690
IRPJ/CSLL sobre a taxa Selic (i)	(8.336)	61.791	(8.119)	67.638
Honorários advocatícios	(6.533)	(27.378)	(12.444)	(33.265)
Provisão contingências trabalhistas	(39.236)	(47.583)	(42.470)	(53.171)
Despesas tributárias	(6.840)	(4.911)	(6.840)	(12.116)
Impairment de propriedade para investimento	–	–	–	(5.584)
Alienação de imóvel localizado no Rio de Janeiro - Ciferal	–	–	–	29.681
Outras despesas	1.480	1.849	(1.889)	(3.339)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	(42.449)	185.375	(47.730)	253.995

(i) A partir da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão da repetição de indébito tributário (RE 1.063.187 - Tema 962) a Companhia e suas controladas Ciferal e San Marino, realizaram a apuração dos valores englobados em suas ações judiciais que discutem o tema. Com base na melhor estimativa de valores associados ao levantamento acima mencionado, a Companhia e suas controladas reconheceram no exercício de 2021, o montante de R$ 102.542. Sendo R$ 67.638 registrado em outras receitas, R$ 22.019 registrado em resultado financeiro e R$ 12.885 registrado no IR/CS corrente. (ii) Seu detalhamento consta na nota explicativa 18 (b). (iii) A partir da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, a Companhia e suas controladas Ciferal Indústria de Ônibus Ltda. e Volare Veículos Ltda. realizaram a apuração dos valores englobados em suas ações judiciais que discutem o tema. Com base na melhor estimativa de valores associados ao levantamento acima mencionado, a Companhia e suas controladas reconheceram no exercício de 2021, R$ 383.065. Fazendo parte deste montante o principal de R$ 214.545, registrado em outras receitas e a atualização de juros Selic de R$ 168.521 registrada no resultado financeiro.

30. Lucro por ação - ordinária e preferencial: (a) Básico: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas	449.114	366.623
Quantidade média ponderada de ações em circulação (milhares)	940.395	939.835
Lucro por ação	0,47758	0,39009

(b) Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia considera como efeito de diluição de ações ordinárias e preferenciais, o exercício das opções de compra de ações pelos empregados e administradores. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparado com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas	449.114	366.623
Quantidade média ponderada de ações em circulação (milhares)	940.395	939.835
Ajustes de:		
Exercício das opções de compra de ações	6.498	7.058
Lucro por ação	0,47430	0,38719

31. Balanços patrimoniais e demonstrações do resultado por segmento: O segmento industrial produz carrocerias para ônibus e peças de reposição. O segmento financeiro é responsável pelas operações de financiamento através do Banco Moneo.

Balanços patrimoniais

	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Industrial 2022	Industrial 2021	Financeiro 2022	Financeiro 2021
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.171.473	1.322.975	1.114.967	1.279.679	56.506	43.296
Instrumentos financeiros derivativos	598	683	598	683	–	–
Contas a receber de clientes	1.242.563	657.575	980.577	411.051	261.986	246.524
Estoques	1.338.351	987.614	1.338.351	987.614	–	–
Outras contas a receber	392.754	398.340	347.898	362.078	44.856	36.262
	4.145.740	3.367.187	3.782.392	3.041.105	363.348	326.082
Não circulante						
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	69.864	75.061	69.864	75.061	–	–
Contas a receber de clientes	513.542	435.455	101.375	27.380	412.167	408.075
Outras contas a receber	803.369	798.547	782.666	774.692	20.703	23.855
Investimentos	459.429	560.123	459.429	560.123	–	–
Propriedades para investimentos	47.351	48.004	47.351	48.004	–	–
Imobilizado	1.030.013	1.017.759	1.029.684	1.016.405	329	1.354
Intangível	326.042	352.388	324.801	352.124	1.241	264
	3.249.610	3.287.337	2.815.170	2.853.789	434.440	433.548

MARCOPOLO S.A. - CNPJ nº 88.611.835/0001-29 - Companhia Aberta - CVM: 00845-1 - NIRE 43300007235

→★ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

e taxas de desconto; e • Análise das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumariados, consideramos que é aceitável a mensuração do valor recuperável para fins de avaliação de impairment do ágio, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 24 de fevereiro de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguécio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MAURO GILBERTO BELLINI
Presidente

PAULO CEZAR DA SILVA NUNES
Vice-Presidente

DAN IOSCHPE
Conselheiro

DENISE CASAGRANDE DA ROCHA
Conselheira

MATEUS AFFONSO BANDEIRA
Conselheiro

HENRIQUE BREDDA
Conselheiro

JOSÉ RUBENS DE LA ROSA
Conselheiro

EDUARDO FREDERICO WILLRICH
Secretário

DIRETORIA

JAMES EDUARDO BELLINI
Diretor Geral

JOSÉ ANTONIO VALIATI
Diretor de Controladoria e Finanças
e de Relações com Investidores

CONTADOR

LEANDRO ANTONIO BASSO
Contador CRC-RS 59.513/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

"O Conselho Fiscal da Marcopolo S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório, sem ressalvas, da KPMG - Auditores Independentes, datado de 27.02.2023, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinam, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas".

Caxias do Sul, 27 de fevereiro de 2023

Francisco Sérgio Quintana da Rosa
Presidente do Conselho Fiscal

Cristiano Machado Costa

William Cordeiro

PÁGINA CERTIFICADA

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em pioneiro.com/publicidadelegal

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100 Assinado de forma digital por RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A:92821701000100
Dados: 2023.02.27 18:37:56 -03'00'